



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

TEANA FÁTIMA BRANDÃO DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UFC: A
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**FORTALEZA
2014**

TEANA FÁTIMA BRANDÃO DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UFC: A
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação do Curso de Pós - Graduação Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Profº. Dr. André Haguette

**FORTALEZA
2014**

TEANA FÁTIMA BRANDÃO DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UFC: A
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Pós - Graduação Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Aprovada em: _____ / _____ / _____

Banca examinadora

Profº. Dr. André Haguette (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Vanda Magalhães Leitão
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

SENTIDOS
Para pessoas com deficiência

I

Eu componho gestos que tu não escutas.

 Eu escrevo letras que tu não sentes.

 Eu digo palavras que tu não degustas.

 Eu cultivo sonhos que tu não entendes.

Eu desenho melodias que tu não desfrutas.

 Eu colho o fruto filho das tuas sementes.

II

 Eu caminho no chão improvável.

 Eu tanjo as cordas do intocável.

 Eu bailo nas curvas do invisível.

 Eu seduzo, de corp'alma sensível.

 Eu acolho o carinho do esquecido.

 Eu colho o afeto do enlouquecido.

 Eu busco os sons silenciados.

 Eu reúno os dons do fragmentado.

 Eu vejo os segredos do escondido.

 Eu cativo as graças da preferida.

 Eu sinto as intenções impronunciadas.

 Eu pressinto a hora da mudança chegada.

 Eu leio mistérios em todos os timbres.

 Eu te desafio a tentar ser simples.

Henrique Beltrão

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Eliene e Rufino, pelo amor, apoio e exemplo de integridade e persistência que sempre me deram;

Aos meus três irmãos: Emília, Teogenis e Tiago que são minha maior força e meus amores sinceros;

Aos meus sobrinhos: Guilherme e o (a) que está a caminho;

A minha tia Ângela (*in memorian*), pois tenho a certeza da companhia da mesma a cada vitória nossa: minha e dos meus três irmãos;

Ao professor André Haguette, pelas orientações, pela paciência pelo carinho de amigo e professor;

Às professoras convidadas Rita de Cássia e Vanda Magalhães pelas valiosas sugestões;

Aos amigos das turmas do mestrado, pelo aprendizado compartilhado;

Aos amigos Everardo, Pablo e Professora Celina, que me motivaram e me apoiaram desde a seleção do mestrado;

Aos amigos da COQVT, em especial aos da DESMT, e ao meu chefe Riamburgo, pela colaboração na elaboração deste trabalho;

RESUMO

Ao analisar o desenvolvimento histórico de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, percebe-se pelos dados dos últimos censos, que o número de matrículas aumentou 358% entre os anos de 2003 a 2011. São dados importantes por problematizar e levantar reflexões acerca desse ingresso. A partir da década de 1990, surgiram documentos legais que amparam o aluno com deficiência e obrigam as IFES a garantirem não só o acesso, mas a permanência na universidade. Citamos como exemplo, a regulamentação do Decreto Presidencial 5.296/2004 e da Portaria 3.284/2003. Quanto à inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Ceará (UFC), inicialmente se deu por ações pontuais e sem articulação entre si, modificando-se a partir de 2005, com a realização e continuidade do Projeto UFC *Inclui*, com destaque para a institucionalização da Secretaria de Acessibilidade UFC *Inclui*. O presente estudo, com base em pesquisa qualitativa, tem como objetivo conhecer a percepção dos alunos da UFC com deficiência visual frente às políticas públicas de inclusão no ensino superior. Para levar a termo este estudo, alguns recortes históricos se fizeram necessários, além da aplicação de entrevista semi-estruturada com sete alunos da graduação e uma aluna da pós-graduação, desta instituição, com deficiência visual. Ao cruzar os resultados com os objetivos específicos da pesquisa, conclui-se, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que os alunos têm conhecimento da existência da Secretaria de Acessibilidade na UFC, inclusive a consideram como essencial para que os mesmos consigam concluir os estudos a cada semestre. Declararam o exame de ingresso como inclusivo, enquanto apontam que a relação com o professores são as que mais comprometem a conclusão dos estudos, gerando em alguns casos reprovação de disciplinas ou até o trancamento das mesmas.

Palavras- chaves: Inclusão, Ensino Superior, Políticas Públicas.

ABSTRACT

By analyzing the historical development of people with disabilities inclusion in higher education, we can observed, by the last Brazilian census, that the enrollments number increased 358% between 2003 and 2011. It is an important data because problematize and raise reflections about this theme. From the 1990's, was surging some legal documents that gave a support for this students with disabilities and force the IFES to ensure, not only access, but the permanency in the university. We can cite as an example, the Presidential Decree 5.296/2004 and the Ordinance 3.284/2003. Regarding the inclusion of people with disabilities in the Federal University of Ceará (UFC), started by specifics actions and without organization, changing from 2005, with the completion and continuity of the UFC Inclui Project, highlighting the institutionalization of the Accessibility Secretary UFC Inclui. This study, based on qualitative research, aims to know the UFC students with visual disabilities perception about the public policy of inclusion in higher education. To bring to completion this study, some historical clippings were necessary, besides the semi-structured interviews application with seven undergraduate students and one graduate student with visual disabilities. By crossing the results with the research specific objectives, it is possible concluded, from the content analysis (Bardin, 1977), that students have knowledge about the Accessibility Secretary UFC Inclui existence, even consider it essential for them to able to complete their studies each semester. The students also declare that the entrance exam as inclusive, however link that relationship with the teachers are the most committed to studies completion, leading in some cases disciplines failure or even locking them.

Key words: Inclusion, Higher Education, Public Policy.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Evolução das matrículas de estudantes com deficiência na educação superior.....	25
Gráfico 2 - Grau de instrução das pessoas com deficiência – Brasil 2010.....	42
Tabela 1 - Estatística de Graduação (presencial e à distância) por Categoria Administrativa – Brasil 2010.....	40
Tabela 2 - Classificação das IES em nível Estado.....	46
Tabela 3 - Número de deficientes inscritos no vestibular	52
Tabela 4 - Inclusão social na UFC.....	56
Tabela 5 - Número de alunos com deficiência visual por curso na UFC.....	60
Tabela 6 – Característica dos alunos com deficiência visual na UFC.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE – Atendimento Educacional Especializado
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- CENESP - Centro Empresarial de São Paulo
- CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade
- CONSUNI – Conselho Universitário
- COP - Coordenadoria de Projetos e Obras
- EBC - Empresa Brasil de Comunicação
- ETUFOR - Empresa de Transporte Urbano
- IBC – Instituto Benjamin Constant
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES – Instituto de Ensino Superior
- IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
- IGC – Índice Geral de Cursos
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
- MEC - Ministério da Educação
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
- POLEDUC - Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior
- REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SAC - Sociedade de Assistência aos Cegos
- SDH - Secretaria de Direitos Humanos
- SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- SEESPE - Secretaria de Educação Especial
- SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFScar - Universidade Federal de São Carlos

UNIFOR - Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR	17
2.1 Referências teórico-metodológicas para avaliar a inclusão da pessoa com deficiência	18
2.2 Concepções históricas da deficiência visual	20
2.3 Recursos para ingresso no ensino superior	25
3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: CONCEITO, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	30
3.1 Formulação das políticas públicas no Brasil em consonância com a políticas internacionais	30
3.2 Implementação das políticas públicas para pessoas com deficiência	32
3.3 As políticas públicas no ensino superior	36
4 SOBRE O OBJETO DA PESQUISA	44
4.1 Conhecendo a UFC	44
4.2 Conhecendo os projetos da UFC quanto ao atendimento à pessoa com deficiência	46
4.3 Conhecendo a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui	53
5 AS ETAPAS DA PESQUISA E A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS: RESULTADOS	57
5.1 Das etapas da pesquisa	57
5.2 Dos sujeitos da pesquisa	59
5.3 Dos resultados da pesquisa	63
5.3.1 Ingresso e permanência na UFC	63
5.3.2 Avaliação das políticas públicas: a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	91
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	92
ANEXO A – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFC	93

1 INTRODUÇÃO

A história da educação para pessoas com deficiência no Brasil tem como marco a fundação de O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, pelo Governo Imperial, na cidade do Rio de Janeiro.

A criação desse Instituto, pelo Decreto Imperial Nº. 1.428, representou uma conquista para o atendimento 'do deficiente', abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação (BUENO, 1993; MENDES, 2006).

Da origem dessa Instituição (a partir de 1891, com o nome Instituto Benjamim Constant), as discussões sobre a atenção à pessoa com deficiência passaram a ser focadas nas questões relativas à formação educacional básica, à época denominada "primeiras letras".

No Estado do Ceará, foi fundada a Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), em no ano de 1942, conforme consta no portal eletrônico da SAC¹. Mantenedora de atendimentos filantrópicos, durante muitos anos foi o único local onde funcionava um ambulatório para prevenção à cegueira. Nela, funcionando o Instituto Hélio Góes, fundado em 1943, sob o nome Instituto de Cegos do Ceará, que foi a escola pioneira, em todo o estado, para a educação da pessoa com deficiência visual.

Apesar dessas iniciativas pontuais, até o ano de 1948, segundo Valdés et. al. (2005), não houve no Brasil qualquer discussão sobre políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência. Tal fato se refletiu, por exemplo, ao pouco acesso que esse grupo tinha à Educação Superior, associado ao não acesso desta população à Educação Básica e aos Serviços de Reabilitação.

A partir da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, após a II Guerra Mundial; da Conferencia Mundial de Educação para Todos, Tailândia 1990; e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em 1994 na Espanha, os direitos das pessoas com qualquer deficiência foram sendo definidos.

¹ Sociedade de assistência aos cegos. Ver em: <http://www.sac.org.br/Historia.htm>. Acessado em maio de 2012.

O Censo do MEC/INEP sobre a *Evolução da Educação Especial no Brasil* (2003-2005) revelou que, em 2005, houve 11.999 alunos com deficiência matriculados nas IES, dos quais 3.418 eram alunos com deficiência visual. Dados mais recentes do INEP sobre a Educação Superior mostraram que, em 2011, esses números aumentaram para 23.250 estudantes com deficiência regularmente matriculados.

Na educação superior, observa-se que as matrículas passaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, indicando crescimento de 358%. Vale lembrar que 72% das matrículas de estudantes com deficiência estão em Instituições Privadas de Educação Superior (BRASIL, 2013, p. 10).

Esses indicadores não bastam por si só, mas são úteis se analisados à luz dos referenciais teóricos. Em respeito às políticas adotadas no ensino superior no Brasil, destacamos a publicação em 2005 do Programa de Acessibilidade na Educação Superior, denominado Programa Incluir. Nele, o MEC tem como proposta “fomentar ações e garantias ao acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior” (CAIADO, 2013, p. 72).

Nos primeiros anos (2005 e 2006) este programa objetivava principalmente criar possibilidades para que as IFES organizassem propostas de ações voltadas ao acesso ao ensino superior. Já a partir de 2007, passou a integrar as ações propostas pelo PDE e incentivar a criação e/ou fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IES (MOREIRA, et al, 2011, p. 06)

Como a principal proposta do Programa Incluir, a UFC conta com uma Secretaria de Acessibilidade – UFC Inclui, instalada em março de 2011, após aprovação pelo Conselho Universitário (Consuni) em agosto de 2010, para desenvolver ações necessárias à eliminação de barreiras entre os alunos com deficiência e o projeto de estudarem na Universidade. É a esta Secretaria² a que todos da UFC se remetem ao falar de inclusão, acessibilidade e pessoas com deficiência na Universidade.

² Trataremos a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui apenas por Secretaria no corpo do texto.

Por ser recente a instalação de tal Secretaria, consideramos necessário avaliar como tem sido percebido este espaço: quem o utiliza? Quais serviços são prestados pela Secretaria? Como os avaliam os alunos? Esses são alguns dos questionamentos que problematizaram este estudo e que consideramos relevante, por não terem sido publicados até então.

Para isso, conhiceremos o caminho histórico-político da inclusão no ensino superior, analisando os documentos que tratam das políticas de inclusão nas IES, com o intuito de compreender os instrumentos e as estratégias com os quais a UFC está trabalhando para garantir o acesso e a convivência do aluno com deficiência visual na instituição.

Destacamos os instrumentos legais que se ocupam com a garantia desses direitos: a Portaria 3284, de novembro de 2003, do Governo Federal, que avalia a oferta de cursos superiores, tratando da acessibilidade como condição de credenciamento das IES; e ainda o Decreto Presidencial 5296, de dezembro de 2004, que regulamenta outras leis que dizem respeito ao atendimento prioritário e estabelece normas gerais para a acessibilidade.

Como metodologia, o estudo realizado é de cunho exploratório, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas e a análise de exemplos que estimulam o alcance do objetivo geral do estudo. Destacamos que os dados quanto aos sujeitos pesquisados foram disponibilizados pela Secretaria de Acessibilidade, em março de 2013.

Apresentaremos os resultados, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A escolha por essa metodologia justifica-se por compreender que a realidade é construída socialmente e é dinâmica, tendo interpretações ideológicas, temporais. Tentando afastar percepções ingênuas e evidentes, buscou-se interpretar as falas diretas, as escritas e as comunicações como um todo, descrevendo o conteúdo das mensagens e inferindo características consideradas.

Para conhecer os principais atores, realizamos entrevistas semi-estruturadas, conforme modelo de questionário em anexo (APENDICE A), baseado nos objetivos da pesquisa. Mais que aplicação de questionário, o momento foi o de

um diálogo com o pesquisado, utilizando a observação de cunho etnográfico, a fim de acessar experiências e significados atribuídos a elas pelo sujeito.

As observações foram registradas em diário de campo, de modo a captar os sentidos e as impressões daqueles que vivenciam a realidade de pouco (ou nada) ver. A escolha por essa metodologia permitiu sistematizar experiências, anotadas em cadernetas. Assim, tentamos não deixar escapar detalhes, observações, números e nomes, todos utilizados nesta análise.

Com vista a fornecer respostas às questões de pesquisa, o objetivo geral é apresentado como o interesse em **analisar qual a percepção dos alunos com deficiência visual quanto às políticas públicas de inclusão promovidas pela UFC**, mostrando como se tem dado o processo de inclusão desses sujeitos na Instituição. Tal problema subdividiu-se em objetivos específicos, quais sejam:

- Apresentar as concepções da deficiência no decorrer da história;
- Conhecer as políticas públicas de inclusão nas IES;
- Apresentar os instrumentos para ingresso e permanência desses alunos no ensino superior;
- Estabelecer o perfil da população (estudantes de graduação e pós-graduação) com deficiência visual na UFC, observando detalhes, como curso, idade, sexo e condição socioeconômica;
- Revelar como o aluno com deficiência visual se relaciona com as políticas públicas de inclusão promovidas pela UFC.

O trabalho está dividido em seis capítulos, incluindo esta Introdução, que apresenta a dissertação, contemplando os objetivos e as questões da pesquisa. O segundo capítulo traz um breve histórico da deficiência, contextualizando-a historicamente, afunilando para a deficiência visual.

O terceiro capítulo contextualizará as Políticas Públicas de Inclusão no Ensino Superior no Brasil, com ênfase nas políticas para as pessoas com deficiência visual. Prosseguimos com um capítulo que desenvolverá o objeto da pesquisa, tratando dos primeiros contatos e expondo as primeiras interrogações que originaram este trabalho.

Por fim, o quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, conhecendo projetos, que, embora isolados, vinham sendo desenvolvidos para pessoas com deficiência na UFC; informando ainda da opinião dos alunos quanto às políticas de inclusão e quanto ao papel desenvolvido pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Fechamos, em último capítulo, com as considerações finais.

A relevância deste estudo está na necessidade de avaliações das políticas de inclusão, na percepção dos próprios sujeitos. Como conclusão, o trabalho encerra-se com a perspectiva de poder contribuir, entendendo como os alunos com deficiência visual estão percebendo as políticas de inclusão na UFC.

2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

Podem-se verificar, ao longo da história, relatos das experiências de pessoas com deficiência, que perpassam do desprezo, o assistencialismo à elaboração de políticas públicas que os ampare.

A própria ideia de deficiência influencia “as possibilidades de participação desse sujeito na construção coletiva de sobrevivência e reprodução de diferentes agrupamentos sociais, em diferentes momentos históricos” (BUENO, apud CAIADO, 2013, p. 41-42).

Por reconhecermos a importância das concepções e suas trajetórias históricas, neste capítulo daremos destaque aos referenciais teórico-metodológicos capazes de integrar as perspectivas quantitativas e qualitativas de análise da pesquisa.

Para refletirmos sobre a inclusão, esclarecemos que não a entendemos como simples contraposto à noção de exclusão social (BARTALOTTI, 2006). Esta não sendo simplesmente solucionada pelo acesso desses “excluídos” ao espaço da universidade.

Pensando no significado da participação desse grupo na vida social da forma mais ampla possível, respeitadas suas limitações e reconhecidas suas capacidades, no atual paradigma, a inclusão é responsabilidade da sociedade, que deve promover recursos capazes de eliminar elementos impeditivos.

Embora inclusão e integração sejam conceitos estruturalmente divergentes, Freire (2003) entende integração baseada no respeito pelo outro, sem a necessidade de acomodações ou ajustamentos. Tornando o homem o sujeito de suas ações, pode ele mudar, transformar a realidade, engajando-se realmente como um ser crítico.

Destacamos essas terminologias por considerarmos especialmente importante ao abordarmos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos. O uso de uma expressão, no lugar de outra, pode reforçar preconceitos e desencorajar práticas que tentam construir uma verdadeira sociedade inclusiva (SASSAKI, 2003).

Por isso, discussões em torno da definição são necessárias, dando a impressão de que é mera formalidade, no entanto, deflagra a maturidade do debate, que busca compreender o processo e protagonizar os sujeitos. Como mera exemplificação desse percurso histórico, já se teve “inválido”, “excepcional”, “aleijado”, “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais” ou “portador de necessidades especiais”, “deficientes” e, “pessoa com deficiência”.

Este capítulo trará ainda um subitem abordando as concepções da deficiência visual, contextualizadas historicamente, e amparando tais concepções por documentos legais, com suas definições e classificações da deficiência.

Por último, conhiceremos os recursos didáticos necessários, não só para o ingresso da pessoa com deficiência visual no ensino superior, bem como a necessidade desses recursos para que o aluno possa permanecer na universidade e assim, concluir seus estudos.

2.1 Referências teórico-metodológicas para avaliar a inclusão da pessoa com deficiência

Percebemos a realidade de forma complexa, onde a ação humana tem caráter dinâmico e flexível. Por isso, não bastaria conhecer as entidades como estão constituídas formalmente, mas apreendê-las, contextualizadas na prática.

Para isso, verificaremos as múltiplas dimensões das experiências, detalhando neste capítulo nossa intenção teórico-metodológica, em utilizar expressões como: inclusão, integração, acessibilidade, políticas públicas e a avaliação destas.

Entendemos que a inclusão é uma questão de direito e que cabe à sociedade a responsabilidade pelas adaptações necessárias ao pleno exercício dos direitos e deveres, bem como às práticas educacionais que valorizem os diferentes potenciais de aprendizagem.

Diferentemente de antigos paradigmas, que viam no deficiente a responsabilidade por adaptar-se à realidade; os documentos legais atuais tratam da inclusão como forma de equidade de condições e possibilidades, como veremos no terceiro capítulo, nas orientações apresentadas na Declaração de Salamanca.

Assim sendo, reconhecemos a responsabilidade de todos para a inclusão de todos, sejam pessoas com deficiência ou não. Mas também nos interessa reconhecer o papel do sujeito: pessoa com deficiência, diante da realidade social inclusiva.

Por isso, utilizamo-nos da ideia de Freire (2003), ao nos referirmos nesse trabalho à pessoa com deficiência. Pois, ainda que tratemos de realidades inclusivas, cabe-nos conhecer se esses atores estão conscientes do processo.

Para o autor, a integração faz do homem sujeito de suas ações. Se há essa consciência, haverá conhecimento de que as possibilidades que hoje são tratadas como políticas públicas de inclusão, não se efetivaram sem lutas e, para isso, muitos saíram da condição de homem-objeto, para a condição de homem-sujeito.

Assim como Paulo Freire se empenhou na busca por esse homem-sujeito, que implicaria numa sociedade-sujeito, também nos interessa conhecer como os discentes da UFC percebem e interferem nas lutas para ingressarem e concluírem seus estudos na Universidade.

Por esse motivo, trataremos de conhecer as políticas de inclusão para pessoas com deficiência visual no ensino superior, mas destacamos como objeto da pesquisa, o nosso interesse em observar o discente frente á essas políticas, integrando-se a elas, pois,

[a] integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização, implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. (FREIRE, 2003 p 41 e 42)

Compreendemos que algumas políticas de inclusão ainda são ações de reparação ou compensação ao que falta como, por exemplo, ações de distribuição de medicamentos, de casas populares, alimentos etc. No entanto, fazemos referência à inclusão como o movimento de “tirar (ou desincluir) alguém de um espaço e incluí-lo em outro” (BARTALOTTI, 2006, p. 15).

Isso porque quem está excluído de um lugar, com certeza está incluído em outro (ainda que seja uma inclusão precária). Quando a pessoa com deficiência deixa um lugar, para fazer parte de outro (ensino superior, por exemplo) verificaremos modificações tanto no lugar de onde saiu como no lugar para o qual fará parte.

Conhecer esses espaços e a percepção dos incluídos é nosso interesse, ao nos referirmos como objeto dessa pesquisa, além de buscar captar toda a carga histórico-sócio-política que a expressão, como ‘inclusão’, comunica.

Para superar os limites dos modelos de análises de políticas, que, de forma linear, restringem-se à confirmação ou não de hipóteses, intentamos conhecer por que algumas políticas e instituições funcionam ou falham, penetrando na realidade pesquisada, no seu caráter contextual.

Consideraremos como material de pesquisa interpretativa de políticas públicas, além dos dados estatísticos, os dados de publicações oficiais das instituições, os regulamentos, como também os *websites*, o próprio espaço institucional, as conversações, os rituais e outros (RODRIGUES, 2008).

Deste modo, nossa proposta é a de um trabalho de reflexão conjunta entre a pesquisadora e o grupo pesquisado, em que os resultados procedem de fontes diversificadas de informação (conforme citado no parágrafo anterior), para que as conclusões não sejam confinadas a um tipo restrito de dados.

Seguiremos este capítulo destacando as concepções históricas da deficiência, apropriando-se desses conceitos para interpretar a realidade na UFC.

2.2 Concepções históricas da deficiência visual

Na história da humanidade, desde os romanos e gregos, a chamada “vitalidade” era condição essencial para a conquista da cidadania. Dessa forma, crianças nascidas com deformações físicas ou sinais de monstruosidade seriam exterminadas (SILVA, 1987, apud GARCIA, 2014; SANTOS, 2008; GUGEL, 2007).

Com o cristianismo, a partir do século IV, princípios de caridade e amor ao próximo contribuíram para que o tratamento concedido à pessoa com deficiência fosse o de irmandade e igualdade perante Deus, já que seríamos filhos de um

mesmo Pai. Mas, ainda assim, o pensamento cristão justificava a deficiência como uma expiação; e o extermínio, uma maneira de Ihes expurgar dos pecados (Memorial da Inclusão³).

Já no século XVI, a sociedade da Revolução Francesa e os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, lema da Revolução, expandiram-se na construção de uma nova consciência social, e o povo passou a evocar direitos e a encarar a deficiência de uma forma mais humana.

Surgiram, nesse período, hospitais, asilos e conventos que, embora funcionassem numa espécie de confinamento, tinham a finalidade de dar assistência e proteção.

Os séculos seguintes, XVII e XVIII, trouxeram avanços no campo da medicina, da filosofia, educação e economia. O modelo médico se legitima e o conceito da deficiência passa a ser o de doença, e qualquer tratamento objetivava minimizar sintomas.

O modelo médico considera a deficiência como um problema da pessoa, diretamente causado por uma doença, trauma ou condição de saúde, que requer cuidados médicos prestados em forma de tratamento individual por profissionais. O tratamento da deficiência está destinado a conseguir a cura, ou uma melhor adaptação da pessoa e uma mudança em sua conduta (OMS/CIF, 2001).

Foucault (1994), ao discutir a constituição do conhecimento médico, explicita a construção do olhar enquanto estratégia de poder. Nesse contexto, somente o olhar médico seria sensível, profundo e interrogador a ponto de produzir um conhecimento válido sobre as doenças.

A medicina moderna retirava do processo histórico a legitimidade de todos os outros olhares (curandeiros e deuses, por exemplo) sobre o corpo humano.

³ A exposição permanente "Memorial da Inclusão: Os Caminhos da Pessoa com Deficiência". O espaço contempla, através de fotografias, documentos, manuscritos, áudios e vídeos, a história sociocultural e política do movimento de luta das pessoas com deficiência, iniciado nos anos 80. O memorial fica em Barra Funda, São Paulo, e foi inaugurado em 2009. Ver em: memorialdainclusao.sp.gov.br. Acessado em 12 de janeiro de 2013.

Nesse processo de dominação do corpo pela ciência biomédica, o corpo com deficiência passou a ser considerado como patológico para as análises clínicas.

Entre os anos 1960 e 1970, durante os movimentos sociais de luta pelos direitos humanos e respeito à diversidade, surge o modelo social de deficiência como resposta ao modelo médico. Neste, entende-se que a pessoa com deficiência possui os mesmos direitos que outras sem deficiência, e que é a sociedade a responsável por adaptar-se às diferenças, e não o indivíduo. Esse modelo teve reflexo direto nas reformas educacionais do período citado, como mostra Ferreira (2006).

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial). (FERREIRA, 2006, p. 87)

Para Goffman (1988), embora essa diversidade humana seja questionada, os ambientes sociais estabelecem parâmetros sobre a expectativa do normal e do patológico, no qual um indivíduo com características diferentes dos demais experimenta a noção de identidade estranha, não pertencente a determinado ambiente.

Reconhecendo os diferentes olhares, para esta pesquisa, no entanto, faremos uso da classificação adotada pelo Ministério da Saúde⁴, no Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, para o qual a pessoa portadora de deficiência é aquela que “possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade” (Artigo 5º, parágrafo primeiro, inciso primeiro).

⁴Ver site do Ministério da Saúde: <http://portal.saude.gov.br/saude/> ou ainda na página do Governo Federal: <http://www.presidencia.gov.br/legislação>

A escolha por essa classificação facilitará a compreensão e avaliação das políticas públicas do Governo Federal que serão destacadas neste trabalho, já que as mesmas se apóiam em tal Decreto. Neste ainda a deficiência visual, atenção deste trabalho, é caracterizada quando:

(...) a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º ;ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Decreto 5.296, 2004, Art. 5º ,§ 1º , I, c).

Para fins de esclarecimento, a Acuidade visual (AV) é determinada pela menor imagem percebida pelo indivíduo, na retina. Sua medida é dada pela relação entre o tamanho do menor objeto visualizado e a distância entre o observador e esse objeto

Por convenção, a visão pode ser medida na distância de 20 pés (ou 6 metros), uma vez que 20 pés equivale a 6 metros. A acuidade visual é, para fins de diagnóstico, o padrão para comparação, sendo sempre testado um olho de cada vez.

O diagnóstico da deficiência pode ser apresentado logo de início ou tardivamente, mas não nos prolongaremos neste trabalho sobre os determinantes da deficiência, que podem ser de origem congênita ou adquirida. Apenas citaremos como exemplo o deslocamento da retina, o glaucoma, a catarata, traumas oculares, doenças infecciosas como rubéola, toxoplasmose, sarampo, entre outras (BRITO; VEITZMAN, 2000; GASPERETTO apud SOARES, 2011).

Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, divulgados em 2012, cerca de 45,6 milhões (universo de 190 milhões) de brasileiros têm pelo menos uma deficiência, o que representa 23,9% da população.

A deficiência visual apareceu, entre as deficiências, com o maior número, chegando a 18,8%. Dentre essas pessoas, mais de 6,5 milhões disseram ter a dificuldade de forma severa; 6 milhões afirmaram que tinham dificuldade de enxergar e mais de 506 mil informaram serem cegas.

A Região Nordeste foi a que apresentou maior percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências (26,6% da população), sendo 21,2% deficientes visuais. Na pesquisa por Estado, o Ceará aponta um percentual de 27,69% da população com alguma deficiência, quando 22,15% destes são deficientes visuais.

Em relação à população por sexo, a deficiência visual atingiu 16% dos homens e 21,4% das mulheres; sendo 63,7% dos homens e 43,9% mulheres em idade ativa. As pessoas com deficiência visual ou auditiva também são melhor remuneradas que pessoas com outras deficiências, concentrando-se na faixa de ganhos de um a dois salários mínimos, 29% e 28,4%, respectivamente.

Para a coordenadora do Comitê do Censo Demográfico do IBGE, Andréa Borges, para que se corrijam essas distorções são necessárias políticas públicas mais fortes que incentivem essa parcela da população a aumentar seu grau de instrução, o que interfere diretamente nos níveis de rendimento.

Os dados revelam que a maioria das pessoas que têm deficiência está concentrada em níveis de instrução e de rendimento muito baixos. Já existem políticas públicas nesse sentido, mas elas podem ser melhoradas para que haja maior incentivo para que essa parcela de brasileiros não pare de estudar ao concluir o ensino fundamental, mas que vá adiante. Enquanto 10,4% dos que não têm deficiência têm (ensino) superior completo, apenas 6,7% das pessoas com deficiência estão nesse patamar (Informações da EBC /Agência Brasil, 2012)⁵.

Além da causa, a idade em que se diagnostica a deficiência é importantíssima, pois o quanto cedo isso ocorrer, logo será possível procurar serviços de orientação médica e, principalmente orientações pedagógicas, para melhor aprendizado.

Quanto a estas, falaremos no próximo tópico, mostrando os recursos didáticos para que essas pessoas com deficiência não só tenham acesso ao ensino, como o direito à permanência nele.

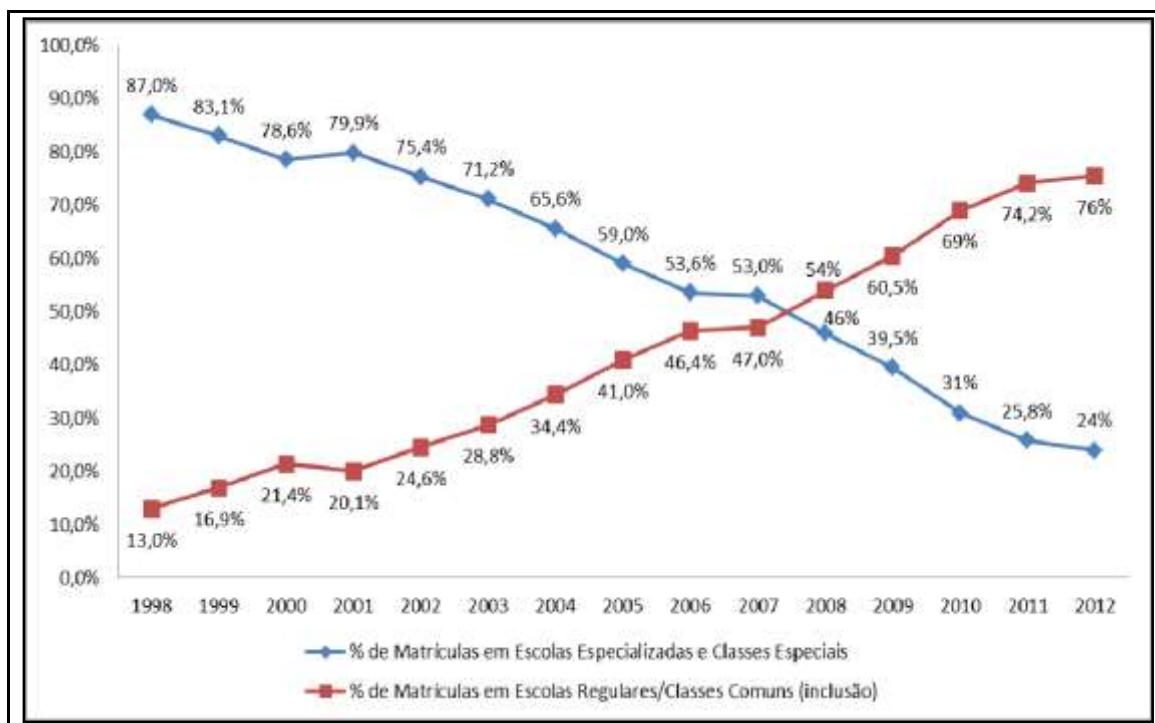
⁵ A Empresa Brasil de Comunicação, criada em 2007, é uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva e cidadã. É gestora e composto por oito emissoras, entre elas a Agencia Brasil. Por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais, com conteúdos diferenciados e complementares aos canais privados. Fonte: <http://invertia.terra.com.br/terra-da-diversidade>. Acessado em agosto de 2012.

2.3 Recursos para ingresso no ensino superior

Ainda que tenhamos documentos legais que assegurem à pessoa com deficiência o direito à educação, a inserção desse aluno no ensino superior ainda ocorre de forma lenta e muitas vezes sem mecanismos que sustentem sua permanência.

No Censo da educação superior MEC/INEP, observamos, em gráfico, que as matrículas de alunos com deficiência passaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, indicando crescimento de 358%.

Gráfico 1 - Evolução das matrículas de estudantes com deficiência na educação superior



Fonte: Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior 2013.

Ainda que tenhamos esses números quanto ao ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior, conhecer dos próprios interessados quais dificuldades encontram nesse ingresso e quais outras, se houver, são vividas por eles para conclusão dos cursos, são significativas para avaliarmos tais políticas do Governo Federal.

Na UFC, o ingresso nos cursos de graduação pode ser feito através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), para os cursos presenciais; o vestibular, para os cursos semipresenciais; e ainda através da admissão de graduados, admissão por convênio (estudantes estrangeiros provenientes da América Latina e África), alunos especiais (admissão em disciplinas isoladas), transferência de outras IES e mudança de curso⁶.

O maior número de alunos ingressantes na UFC se dá para os cursos presenciais, através do SiSU, conforme dito. Esse sistema foi adotado pela UFC em 2010, com ingresso em 2011 e, nele, os candidatos são escolhidos de acordo com as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para o candidato com deficiência, há regras para atendimento diferenciado como, por exemplo, o direito a auxílio de um profissional leitor e transcritor. O candidato pode ainda solicitar 1 (uma) hora a mais para fazer as provas, tendo direito a instrumentos, equipamentos ou tecnologias adaptadas, que favoreçam sua autonomia.

Destacamos que esse atendimento diferenciado em provas de seleção é um direito de todas as pessoas com deficiência, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004. No entanto, qualquer solicitação deve ser feita no momento da inscrição e a necessidade deve ser comprovada com laudos médicos, conforme constava no Edital 2013,

2. Do atendimento diferenciado e específico(...).2.1 O INEP, nos termos da legislação vigente, assegurará atendimento DIFERENCIADO e atendimento ESPECÍFICO aos PARTICIPANTES que deles comprovadamente necessitarem. 2.2 O PARTICIPANTE que necessite de atendimento DIFERENCIADO e/ou de atendimento ESPECÍFICO deverá, no ato da inscrição(...) Informar, em campo próprio do sistema de inscrição, a condição que motiva a solicitação de atendimento de acordo com as opções apresentadas (...) (Portal INEP, 2013)⁷.

⁶ Universidade Federal do Ceará; ingresso nos cursos de graduação. Ver em: <http://www.ufc.br/ensino/ingresso-na-ufc>. Acessado em 19 de novembro de 2013.

⁷Ver em http://download.INEP.gov.br/educacao_basica/ENEM/edital/2013/edital-ENEM-2013.pdf. Acessado em 10 de dezembro de 2013.

Para candidatos com deficiência visual, poderão ser solicitados leitor, transcritor, prova ampliada, prova em Braille e sala de fácil acesso, conforme constava em item do Edital,

2.2.1.1 Atendimento DIFERENCIADO: oferecido a pessoas com baixa visão, cegueira, deficiência física, deficiência auditiva, surdez, deficiência intelectual (mental), surdocegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo ou com outra necessidade especial. 2.2.2 Solicitar, em campo próprio do sistema de inscrição, o auxílio ou o recurso de que necessitar, de acordo com as opções apresentadas: prova em braile, prova com letra ampliada (fonte de tamanho 18 e com figuras ampliadas), prova com letra super ampliada (fonte de tamanho 24 e com figuras ampliadas), guia-intérprete para surdocego, auxílio para leitura, auxílio para transcrição, leitura labial, sala de fácil acesso e mobiliário acessível (Portal INEP, 2013).

Nossa Constituição Federal de 1988 assegura que a educação é direito de todos (Art. 205); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e o Programa Incluir, que trata da acessibilidade na educação superior, asseguram o direito do aluno com deficiência à participação na comunidade, bem como em determinados ambientes e atividades.

No entanto, “a educação superior se constitui na história da educação nacional como privilégio da elite” (CAIADO, 2013, p. 204). Isso explica o difícil acesso a esse nível educacional por parte de uma maioria excluída, entre esses as pessoas com deficiência.

Exemplificamos essa realidade através de estudos elaborados por outras universidades, por exemplo, a UFRN que através da pesquisa de Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (In MARTINS, 2009), mapeou e caracterizou os estudantes com deficiência, destacando que, no ano de 2007, a universidade contava com a presença de 21 estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação e pós-graduação, sendo 14(quatorze) com deficiência física (66%), 6 (seis) deficiência visual (29%) e 1 (um) deficiência auditiva (5%).

Outros números referem-se à realidade da UFRB, onde a organizadora da pesquisa, Susana Couto Pimentel, concluiu em 2013, que “em 2011 existiam apenas 821 estudantes com deficiência matriculados em instituições de Ensino Superior, públicas e privadas”, da Bahia (PIMENTEL, 2013, p. 05). Desses, 52 alunos estariam

matriculados nas Instituições públicas federais, sendo 02 alunos com cegueira e 13 com baixa visão (PIMENTEL, 2013, p. 06).

Mais um número pode ser citado agora em referência à realidade de Minas Gerais, mais particularmente da Universidade de Juiz de Fora. Nela, Emerson Rodrigues Duarte (2009), a partir de estudo de caso, concluiu que existiam 45 alunos com deficiência matriculados em cursos de graduação presencial, nas IES públicas e privadas. Destes, apenas oito (0,07%) alunos estavam nas IES públicas de Juiz de Fora.

Quando foram analisados os tipos de deficiência, concluiu-se que a deficiência visual apresenta, tanto nas IESs privadas quanto na pública, um maior número de matrículas, correspondente a 40% do total. A deficiência física corresponde a 33,3% e a deficiência auditiva, a 26,7% (DUARTE, 2009, p. 143).

Por fim, mencionamos outros dois estudos relevantes, que inclusive destacam a importância de tais pesquisas: um, sobre avaliação, acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior, da professora da UFSC Laura Ceretta (2009); e ainda sobre a trajetória escolar de alunos com deficiência, da professora Kátia Caiado (2013), da UFScar.

Prosseguimos observando que após a conquista de alguns direitos, que são os recursos necessários para ingresso no ensino superior, esses alunos necessitam de meios que facilitem seu acesso à sala de aula e ao conhecimento, principalmente durante o curso. Para isso, Vygotski (1995, apud CAIADO, 2013) informa não ser possível aprendizagem e desenvolvimento sem mediação, sendo esta a interação social com o outro.

Podemos afirmar que as relações entre o aluno com deficiência e seus professores e colegas de sala são significativas para que concluam seus estudos. Por isso, pretendemos dar destaque a essas relações nesta pesquisa, conforme resultados no quinto capítulo.

Prova da importância dessas interações pode ser observada, também, nos resultados da pesquisa organizada por Kátia Regina Morena Caiado, publicada

em 2013. No oitavo capítulo da obra, os pesquisados, alunos com deficiência visual, destacam:

Eles (os professores) eram muitos bons, eu aprendi bastante com eles, eles me davam atenção. Não tinha essa diferença, ou assim 'ah ele é o coitadinho' e dava muita atenção ou deixava de lado: não, eles sempre tratavam de igual pra igual. Eles procuravam ser bem profissionais e eu tive muita sorte nisso. Sempre perguntava se eu estava entendendo, tirava dúvida, acho que foi legal (CAIADO, 2013, p.198).

(...) tudo que podia ser feito na parte curricular eu tive um bom desempenho, o pessoal me auxiliava, ditava pra mim o que era escrito na lousa, os próprios amigos, os próprios colegas, né? (CAIADO, 2013, p.201).

Para amenizar essa desvantagem, o Governo Federal vem apresentando programas que visem ampliar o acesso à educação superior, conforme veremos no próximo capítulo. No entanto, identificar as dificuldades de permanência é fundamental para combater a evasão, haja vista que índices de evasão no ensino superior se refletem em desperdícios acadêmicos, sociais e econômicos (PALÁCIO, 2012).

No capítulo seguinte, destacaremos as políticas públicas no ensino superior, conceituando-as e explicitando sobre suas formulações e implementações nos dias atuais. Esse capítulo, porém, ainda que teórico, não tem a intenção de reduzir o fenômeno político a categorias apenas, mas a partir dos conceitos, observar e avaliar tais fenômenos.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: CONCEITO, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

O conceito de políticas públicas é diversificado, mas, de modo comum, aparece fortemente relacionado ao papel do Estado e se limita a discutir embates políticos dentro dos governos (SOUZA, 2006).

Para estudiosos como Celina Souza, a ideia de surgimento dessas políticas públicas se deu no Pós-Guerra, a fim de restringir gastos e obter equilíbrio entre receitas e despesas. Para isso, o Estado precisava intervir na economia e nas políticas sociais.

Mas pensar apenas no Estado como agente dessas políticas, exclui o conflito, como uma relação da dialética social, como também põe à parte as instituições não governamentais e grupos sociais participantes dessas inter-relações (Estado, política, economia e sociedade).

Para a pesquisa em questão, a formulação de políticas públicas, constituídas pelos governos democráticos é entendida como ação, programas ou projetos assegurados pelo Estado e sociedade civil, produzindo resultados ou mudanças na sociedade, cabendo ainda a todos o acompanhamento e a avaliação de tais políticas (SOUZA, 2006; MAZZOTA, 1999; ROCHA 2011).

Neste capítulo, buscaremos expor sobre a formulação de algumas dessas políticas, dando ênfase na atenção às pessoas com deficiência, destacando sobre a implantação das mesmas.

3.1 Formulação das políticas públicas no Brasil em consonância com as políticas internacionais

Por não sabermos dizer o início exato da formulação das políticas públicas, faz-se justo destacarmos o percurso histórico até a sua elaboração legal. Iniciamos pela publicação de documentos internacionais, como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975), que define quem sejam essas "pessoas deficientes" e os declara possuidores de todos os direitos.

Citamos ainda a instituição do *Ano Internacional da Pessoa Com Deficiência*, em 1981 e da instituição da *Década das Nações Unidas Para a Pessoa*

Com Deficiência (1983-1992), que contribuíram para novo paradigma da deficiência, além de ampliar o número de acessos à Educação Superior.

Outro documento que merece destaque: Declaração Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, que reafirma o compromisso com a educação para todos e a inserção de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

Esses documentos internacionais têm destaque, pois refletiram em todos os países, garantindo que os mesmos assumissem compromissos de respeito, assistência, educação para todos, sem distinção, além de terem sido ratificados pelo sistema legal brasileiro, como veremos.

Logo, apoiados por David Araújo, estudioso da proteção constitucional das pessoas com deficiência, podemos dizer que o Brasil chegou ao século XIX sem qualquer diretriz político-social voltada ao atendimento das necessidades específicas dos deficientes (ARAÚJO, 1994).

Na década de 1980, devido à forma de governo neoliberal, a implantação de políticas sociais foi cada vez mais restrita, pela falta de recursos financeiros, e o governo concentrava-se em equilibrar as finanças do país, afetando, com isso, os desfavorecidos.

Com a Constituição Federal de 1988, foi estabelecido um processo de descentralização das ações, e a sociedade civil passou a ter maior participação sobre a política. Como exemplo, surgem os Conselhos (de composição plural, contribuem na definição de planos de ação), com força legal, atuando ativamente na formulação e regulamentação de políticas públicas.

Outra forma de participação social encontra-se regimentada no artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, que define a Política de Assistência Social e tem como diretriz: a "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle social das ações em todos os níveis" (BRASIL, 1988).

Para alguns estudiosos, a participação de segmentos usualmente excluídos de determinadas oportunidades deram origem às ações afirmativas. Alves

e Galeão (2004) definem essas ações como sendo “um conjunto de políticas específicas para membros de grupos sociais atingidos por formas de exclusão social que lhes negam um tratamento igualitário no acesso às diversas oportunidades” (ALVES e GALEÃO, 2004, p. 22).

Da mesma forma, para Myres (2003), ação afirmativa é um “veículo para remover os efeitos da discriminação, baseada em um imperativo ético e moral de reconhecimento das desvantagens historicamente acumuladas pelos grupos sociais discriminados” (MYRES apud TEIXEIRA, 2010, p. 74).

Como exemplo de uma ação afirmativa, citamos a Lei de Cotas (Nº 12.711/2012), que para uns reforça a discriminação, mas, para outros, é apenas uma medida compensatória, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento (ROCHA, 2011).

Ainda que gere polêmica, até por ser recente, tal Lei já é real em algumas universidades brasileiras, conforme consta na dissertação de Marilu Pereira (2007), que investigou a trajetória acadêmica de alunos com deficiência na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, pelo sistema de Cotas, no período de 2002 a 2005.

Fazemos referência ainda aos estudos de Enio Rosa (2009), da Universidade Estadual do Paraná, quanto ao trabalho das pessoas com deficiência, analisando a política de cotas. E, mais recente, Heloísa Rocha (2011), aluna do POLEDUC, que averiguou, em pesquisa de mestrado, se tal política encontra-se amparada e legitimada pelos dispositivos constitucionais.

Sem nos estender em tal assunto, centraremos na formulação e implementação das políticas públicas para pessoas com deficiência visual, conhecendo suas elaborações, em consonância com as políticas internacionais, que terão destaque em tópicos seguintes.

3.2 Implementação das políticas públicas para pessoas com deficiência

Iniciemos com as observações de Mazzotta (1999), para o qual as políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil ocorreram ao final do século XX, nos anos 50, e podem ser estabelecidas em dois momentos, quais

sejam: de 1854 a 1956, com iniciativas isoladas de indivíduos ou grupos; e de 1957 a 1993, quando se encontram as políticas oficiais de âmbito nacional.

Assim, a educação dos cegos no Brasil teve início em 1854, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao atuante professor de matemática e ex-diretor do Instituto, no mesmo ano em que o Sistema Braille foi oficializado na França, por Louis Braille. O Instituto foi, durante mais de cinqüenta anos, a única escola a oferecer atendimento educacional aos cegos, em todo o território nacional.

O Jornal do Comércio, na época da fundação do Instituto, publicou, segundo consta no portal eletrônico do IBC, que o Instituto teria “por fim educar meninos cegos e prepará-los segundo sua capacidade individual, para exercício de uma arte, de um ofício, de uma profissão liberal. É, pois uma casa de educação e não um asilo, e muito menos um hospício” (Jornal Nº 2.419, de 20 de setembro de 1854)⁸.

A esse respeito, disse Rosana Glat:

Tradicionalmente o atendimento aos portadores de deficiências era realizado de natureza custodial e assistencialista. Baseado em um modelo médico, a deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente como um ser invalido e incapaz, que pouco poderia contribuir para a sociedade, devendo ficar ao cuidado das famílias ou internado em instituições ‘protegidas’, segregado do resto da população (GLAT, 1998, p. 11).

Ainda que a inauguração do Instituto seja marco principal do atendimento à pessoa com deficiência visual no Brasil, os que pertenciam a famílias de baixa renda e que conseguiam ali estudar acabavam sem espaços ou oportunidades de emprego.

Dessa forma, eram necessários que mercados de trabalho surgissem, porque mesmo formados, com o título de professor, esses alunos não tinham como exercer suas atividades profissionais.

Evidentemente, isso não ocorria por razões individuais ou ocasionadas somente pela cegueira. A sociedade em geral, pela sua estrutura de classe, não

⁸ Instituto Benjamin Constant. Sobre a fundação do Instituto. Ver em <http://www.ibc.gov.br>. Acessado em: 31 de março de 2012.

possibilitava condições dignas de vida. Reféns da própria ordem institucional, uma vez fora dali, as pessoas com deficiência não encontravam meios e formas de se manterem autonomamente.

Segundo Rosa (2009), parafraseando José Silveira Bueno:

(...) uma coisa é ser mulher cega, negra, pobre e vivendo num país da América Latina. Outra totalmente diversa é ser mulher cega, branca, de família abastada, vivendo na Inglaterra. Ora, ambas são cegas, mas será que as duas sofrem igualmente os mesmos preconceitos e enfrentam as mesmas dificuldades, por exemplo, no acesso ao trabalho e à educação escolar? (BUENO, apud ROSA e DUTRA, 2000, p. 17).

Outras organizações foram surgindo, com a presença de ex-alunos do Instituto e o auxílio de pessoas influentes na sociedade, tendo como objetivo o trabalho e a educação. Exemplificamos: a Escola e Asilo para Cegos Adultos, em 1912, no Rio de Janeiro; a Liga de Proteção aos Cegos no Brasil, de 1920; em 1924, a União dos Cegos no Brasil, além da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em 1946 (GAVRONSKI apud ROSA e DUTRA, 2000, p. 08).

O final da década de 1950, de acordo com Silveira Bueno (1993), foi marcado "pelo surgimento dos primeiros Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e das campanhas nacionais de educação de deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura" (BUENO, 1993, p. 24).

Em 1958, ainda vinculada à direção do Instituto Benjamin Constant, foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, pelo Decreto nº 44.136. Essa Campanha vincular-se-á ao Ministério da Educação, em 1960, com o nome de Campanha Nacional de Educação de Cegos, pelo Decreto n.º 048.252.

A Campanha perduraria até 1973, quando o Presidente Emílio Garrastazu Médici, modifica para Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com a finalidade de promover a expansão e melhoria do atendimento à pessoa com deficiência.

Transformada em Secretaria de Educação Especial (SEESPE), em 1986, manteve basicamente as mesmas competências e estrutura, tendo o Ministério da Educação como órgão central de direção.

Uma nova reestruturação da Secretaria acontecerá em 1992, após a queda do Presidente Fernando Collor de Mello. Em março 2012, a SEESPE passou a funcionar com o nome de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o objetivo de contribuir.

(...) para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais (Portal eletrônico do MEC, 2013)⁹.

Pensando em uma maior participação da pessoa com deficiência em tais políticas, o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério da Justiça, através do Decreto 3.076/1999, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), para que a,

(...) população possa tomar parte do processo de definição, planejamento e avaliação das políticas destinadas à pessoa com deficiência, por meio da articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores de administração pública direta e indireta'(Ministério da Justiça, Art. 24, Lei 10.683/03).

Ainda em 1999, o Decreto 3.298/1999, que instituiu a Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência, ratifica o vínculo do Conselho à estrutura do Ministério da Justiça.

Em março de 2010, foi editada a Medida Provisória nº 483, que atualizou o nome do CONADE, necessária devido à ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU (2008), para Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

⁹Ver em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=288&Itemid=355. Acessado em 12 de março de 2013.

Em 2011 o Decreto nº7.611 disporá sobre o atendimento educacional especializado (AEE), que prevê, no §2º do art. 5º, VII “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior”. Estes núcleos visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (art. 5º, § 5º).

Assim sendo, verificamos a elaboração legal de documentos que vêm apoiando os direitos daqueles que, por muito tempo, estiveram longe das universidades, inclusive. E esses documentos são sempre orientados por declarações internacionais, como as que foram citadas nesse trabalho. Mas as lutas e adaptações vão acontecendo a partir da realidade dos principais interessados e, para isso, necessário faz ouvi-los.

Em próximo subitem, estreitaremos as políticas públicas, relacionando-as com o ensino superior: quando surgiram? A quem atendem? Como as consideram as pessoas com deficiência? Por isso o foco dessa pesquisa se dá em ouvir essas pessoas e conhecer da realidade desses, na UFC.

3.3 As políticas públicas no ensino superior

Iniciamos esse item atentando para o fato de que a educação, em sua grande parte se deu para o fortalecimento do sistema político/ social vigente. Desde as primeiras experiências, enquanto colônia portuguesa, o Brasil criou "universidades" que atendessem a interesses da classe dominante.

O curso Médico de Cirurgia da Bahia, em 1808, como também a escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro, ambos foram inaugurados com a chegada da família Real ao Brasil, como forma de garantir uma infraestrutura que garantisse a sobrevivência da Corte.

Só em 1930, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, foi criado o Ministério da Educação, na época com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, para desenvolver atividades pertinentes à saúde, esporte, educação e meio ambiente.

Em 1953, a saúde pública ganhou autonomia e a educação passou a ter o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC, passando, em 1995, a ser responsável apenas pela área da educação.

Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, teve como um dos pontos principais a autonomia dos municípios e Estados da federação, que passaram a planejar sistemas educacionais próprios; além disso, o ensino religioso tornava-se facultativo nas escolas públicas.

De forma mais efetiva, a educação das pessoas com deficiência entrou na pauta das discussões das políticas educacionais no Brasil, na década de 1990, sobretudo a partir da LDB 9.394/96, que destinou o quinto Capítulo à educação desses alunos, devendo ela ser "oferecida preferencialmente na rede regular de ensino" (Art 4º, III).

Quanto ao ensino superior, o governo publicou a Portaria nº 1.679 em 1999, que foi revogada pela Portaria nº 3.284, de 2003, na qual o Governo Federal, através do MEC, explicita que sejam asseguradas aos 'portadores de deficiência' física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, possibilitando a mobilidade e a utilização de equipamentos e instalações, e que sejam avaliados os critérios de acessibilidade na oferta de cursos superiores.

Esse documento deve ser considerado não só para autorização de novos cursos, como também para suas renovações. Para isso, a Secretaria de Educação Superior¹⁰ estabeleceu os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que compreende como requisito de acessibilidade:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço; c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) colocação

¹⁰A Secretaria de Educação Superior (Sesu) é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior; e ainda a manutenção, supervisão e desenvolvimento das IFES e a supervisão das IES privadas, conforme a LDB, também são de responsabilidade da Sesu. Ver em : http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=819. Acessado em: 22 de novembro de 2013.

de barras de apoio nas paredes dos banheiros; f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas; (Art 2, § 1, I)

Tal portaria traz, em seu inciso segundo, os requisitos de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual como sendo o compromisso formal da instituição, até que o aluno conclua o curso:

a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a computador; b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático (Art 2, § 1, II).

Igualmente, a Portaria de 2003, o Decreto 5.296/2004 trata a acessibilidade como critério de aprovação (outorga, permissão, concessão etc.) e financiamento de projetos de natureza arquitetônica e urbanística que tenham destinação pública ou coletiva, com a utilização de recursos públicos.

Conforme consta no art 8º, de tal documento, acessibilidade refere-se a "uma condição para utilização dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, com segurança e autonomia, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida". (Decreto 5.296/2004, art 8º)

Na perspectiva de ampliação do ensino superior, o MEC apresenta o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 2007, contempla condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica, além do combate à evasão.

Todos esses requisitos de acessibilidade são avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Os processos de avaliação são coordenados e supervisionados por uma Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), e a operacionalização, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (INEP), que possui portal eletrônico, do qual tiramos todas as informações sobre avaliação.

O Sinaes vem avaliando as instituições, os cursos e o desempenho dos discentes desde 2004. Uma forma de observarmos se houve alterações na realidade do ensino superior faz-se verificando dados, como os do Censo da Educação Superior 2011, publicado no Portal eletrônico do INEP ¹¹.

Destacamos que a Lei 7.853, de 1889, trouxe a obrigatoriedade, para os censos nacionais, de incluírem questões específicas sobre a deficiência, para só, a partir de uma realidade levantada, pensar-se em políticas públicas (CORDE, 2004).

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País (Lei 7.853).

O Censo publicado em 2010, pelo INEP, mostra como efeito das ações e políticas governamentais (Plano Nacional de Educação 2001-2010) para a expansão do acesso e permanência no ensino superior, que o número de matrículas nos cursos de graduação (presencial e à distância) aumentou em 110,01%, de 2001 a 2010 (INEP, 2010, p. 03).

Contudo, não trata de estar matriculado, apenas, mas de ter condições de concluir o ensino superior. E esses dados não são satisfatórios, quando observamos que dos alunos matriculados em 2010 nas IFES, de 938.656 alunos que ingressaram, apenas 99.945 alunos concluíram o curso.

¹¹O censo é realizado anualmente pelo INEP e coleta informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES), os cursos de graduação e sequenciais e sobre aluno e docente, desses cursos. A coleta é realizada por meio do Sistema online Censup, que deve ser acessado e preenchido por todas as instituições da educação superior, conforme Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Ver em: <http://portal.INEP.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>, 2011. Acessado em 25 de janeiro de 2014.

Tabela 1 - Estatísticas de Graduação (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil – 2010

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Graduação						
Instituições	2.377	278	99	108	71	2.099
Cursos	29.507	9.245	5.326	3.286	633	20.262
Matrículas de Graduação	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
Ingressos (todas as formas)	2.182.229	475.884	302.359	141.413	32.112	1.706.345
Concluintes	973.839	190.597	99.945	72.530	18.122	783.242

Fonte: MEC/INEP. 2010

Para o INEP, o aumento das matrículas pode ser atribuído ao crescimento econômico no Brasil, no qual o mercado, pela necessidade de mão de obra mais especializada, exige maior qualificação dos candidatos, ou ainda, à ampliação da modalidade *ensino a distância*, como também a implementação de políticas públicas de acesso e permanência na educação superior.

Como grande destaque dessas políticas, apresentamos o *Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir* (2005), do Governo Federal, em cumprimento do Decreto Nº 5.296/04, como de grande relevância para este trabalho, já que tem como objetivo:

Fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013, p. 03).

Considerado como marco da educação superior (LIRA, apud SOARES, 2011), o lançamento do Programa Incluir pelo MEC torna-se objeto de políticas públicas a partir do ano de 2005. O Programa é executado por meio da parceria

entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

O Documento Orientador de tal Programa esclarece que no período de 2005 a 2011, efetivou-se por meio de chamadas públicas. A partir de 2012, esta ação foi universalizada a todas as IFES, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade ampla e articulada (BRASIL, 2013, p. 03).

O Programa estimula o planejamento e realização de ações voltadas à inclusão de alunos com deficiência em instituições federais de ensino superior, a partir do financiamento de projetos, programas e ações associadas às dimensões do ensino, pesquisa e da extensão, nas quais atuam as universidades.

Assim como várias universidades brasileiras, a UFC não se esquivou e participou do primeiro edital lançado pelo Programa Incluir, conseguindo aprovação. A partir dessa aprovação a UFC, em atendimento às normas de acessibilidade, desenvolveu o Projeto UFC Inclui, com ações que visam à inclusão e à permanência da pessoa com deficiente visual e motora, atuando nos eixos atitudinal, pedagógico, tecnológico e arquitetônico. Aqui fazemos apenas citação, mas daremos maior destaque à experiência da UFC, no próximo capítulo.

Em 2008, o Governo Federal assume a proposta da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, evidenciando que a transversalidade da educação especial no ensino superior deve ocorrer por meio de ações que desencadeiem o acesso, a permanência e a participação dos alunos (BRASIL, 2008).

Além dessa iniciativa, outro programa governamental em atenção à autonomia da pessoa com deficiência em todas às áreas é denominado *Viver sem Limite* e visa efetivar os direitos da pessoa com deficiência, já assegurados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012, p. 1).

Lançado em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff pretende articular iniciativas inovadoras em diferentes áreas (envolvendo vários Ministérios), possibilitando otimizar resultados e assegurar uma vida melhor, com dignidade e direitos para as pessoas com deficiência.

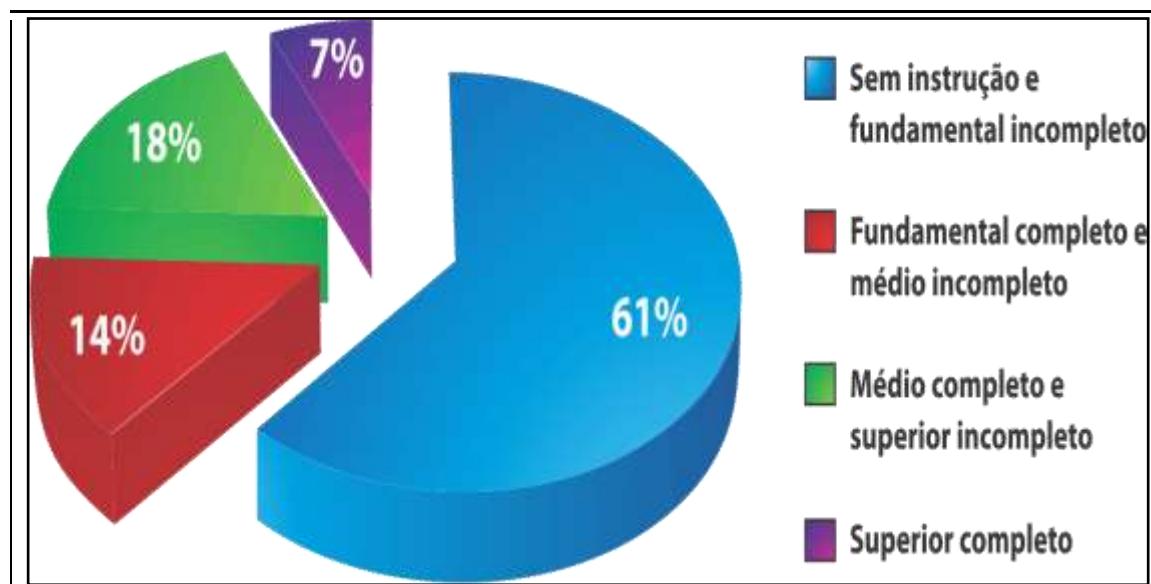
O referido programa funciona com um conjunto de políticas públicas estruturadas em quatro eixos: Acesso à Educação (do qual faz parte o Programa Incluir); Inclusão social; Atenção à Saúde e Acessibilidade, que serão capazes de assegurar garantia de direitos para as pessoas com deficiência, considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos da vida.

As ações envolvem, na área da educação, a compra e entrega de ônibus adaptados a prefeituras (transporte das crianças a escola), sejam essas públicas ou associadas às APAES. Concernente ao ensino superior, o programa prevê apoio para ampliar e fortalecer os Núcleos de Acessibilidade nas universidades federais.

Todo esse investimento do governo federal na elaboração e implementação de políticas públicas para pessoas com deficiência é de grande significância, já que ainda é uma minoria deles que tem acesso ao ensino superior.

Embora tenhamos destacado no segundo capítulo o aumento de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior, esse número ainda é muito pequeno quando comparado a outros níveis de instrução, conforme podemos verificar nos dados do Censo de 2010.

Gráfico 2 - Grau de instrução das pessoas com deficiência– Brasil 2010



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/ PR - SNPD 2013

Postas as realidades históricas dos movimentos para inclusão das pessoas com deficiência e da participação destes na vida acadêmica, conhiceremos e avaliaremos no próximo capítulo a realidade da UFC, mais especificamente os projetos já existentes e apresentaremos a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui.

4 SOBRE O OBJETO DA PESQUISA

Inicialmente apresentaremos o cenário da pesquisa, a história da Universidade e sua experiência com acessibilidade, descrevendo e analisando os instrumentos de inclusão com os quais a UFC está trabalhando, como um dos objetivos deste trabalho.

O capítulo está subdividido em tópicos sendo primeiramente detalhados os nossos primeiros contatos em campo, nossas percepções e informações que foram registradas em diário de campo. Apresentaremos posteriormente os projetos na UFC que já existem desde 2003 quanto à deficiência, embora funcionassem de forma isolada.

Por fim, apresentaremos a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, espaço que agrupa todas as experiências antes isoladas, trazendo sua história, rotina e serviços prestados à comunidade acadêmica.

4.1 Conhecendo a UFC

A Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma Instituição de Ensino Superior (IES), pública e gratuita do Governo Federal; autarquia ligada ao Ministério da Educação.

Criada pela Lei nº. 2.373, em 16 de dezembro de 1954, a UFC é composta por cinco campi: Benfica, Porangabuçu e Pici, na Capital; e ainda Sobral e Quixadá, no interior.

Segundo o Anuário Estatístico da UFC, em 2010, a Universidade possuía 101 cursos de graduação, nos quais estavam matriculados 24.634 alunos, distribuídos pelos Campus de Fortaleza, Quixadá, Sobral e do Cariri¹².

Organizada em áreas administrativas e acadêmicas, a administração superior é exercida por três órgãos: Conselho Universitário (CONSUNI), órgão superior deliberativo e consultivo para assuntos administrativos e política universitária; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão superior

¹² A Universidade do Cariri foi criada pela Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013 por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, que é a instituição tutora durante o processo de implantação da nova universidade. Ver em: <http://www.ufca.edu.br/portal/index.php/ufca.html>. Acessado em 03.02.2014.

deliberativo e consultivo nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão; e Reitoria, órgão superior executivo da universidade, exercido pelo Reitor em conjunto com sete Pró-Reitorias.

O Professor Jesualdo Farias, Reitor da UFC, apresentou em maio de 2013, na cerimônia de posse de servidores técnico administrativos e docentes, dados acerca das dimensões da instituição: "São 28 mil alunos de graduação presencial, 6 mil de cursos semipresenciais, 6.500 de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), 4.500 nas Casas de Cultura Estrangeira e cerca de 8 mil funcionários"(Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional da UFC).¹³

Se comparado aos números de 2010, em 2013 a universidade já tinha aumentado as matrículas em mais de 3 mil alunos. Confrontamos esses dados para justificar que o aumento no número de matrículas deve-se ainda a oferta de novos cursos de graduação, bem como a procura de jovens em nela estudar, devido à qualidade de ensino.

Baseamos nossas conclusões em publicações recentes, em que a UFC foi uma das universidades mais bem avaliadas do país pelo Ranking IGC (Índice Geral de Cursos) de 2012, pelo MEC, quando obteve o conceito 4 (BOM) e teve alguns de seus cursos na listas dos mais bem avaliados. Tais resultados são divulgados nacionalmente e foram publicados no Diário Oficial da União, em 06 de dezembro de 2013.

Das 2.171 universidades, faculdades e centros universitários, a UFC faz parte das 14,8% das instituições de ensino superior brasileira que obtiveram conceito 4 (bom). Enquanto 57,7% tiveram conceito 3, considerado satisfatório.

O IGC é um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 5) e em faixas (de 1 a 5).

¹³ Matéria publicada no Portal da UFC, em 31 de maio de 2013, referente à posse de 30 servidores técnicos e docente. Ver em: <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2013/3694-reitor-empossa-30-novos-servidores-docentes-e-tecnicos>. Acessado em 10 de junho de 2014.

Esse resultado coloca a UFC como a melhor IES do Ceará e a terceira melhor universidade da região Nordeste, posição posterior somente às universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e Pernambuco (UFPE), ambas com conceito 4 também.

Considerando o total das universidades brasileiras, é a 32^a com maior conceito. Entram no grupo de excelência do ensino superior brasileiro as instituições que atingem as faixas 4 e 5 do IGC.

Tabela 2 – Classificação das IES em nível Estado

	IES	Sigla	UF	Município(sede)	Dependência Admin.	IIGC Contínuo	IGC Faixa
1º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	CE	Fortaleza	PÚBLICA	329,73	4
2º	FACULDADE DE TECNOLOGIA CENTEC - LIMOEIRO DO NORTE	CENTEC	CE	Limoeiro do Norte	PRIVADA	279,60	3
3º	FACULDADE SETE DE SETEMBRO	FA7	CE	Fortaleza	PRIVADA	273,28	3
4º	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	UNIFOR	CE	Fortaleza	PRIVADA	272,81	3
5º	FACULDADE DE TECNOLOGIA CENTEC - SOBRAL	CENTEC	CE	Sobral	PRIVADA	265,62	3
6º	FACULDADE CHRISTUS	CHRISTUS	CE	Fortaleza	PRIVADA	262,10	3
7º	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	CE	Fortaleza	PÚBLICA	261,84	3
8º	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	CE	Fortaleza	PÚBLICA	249,37	3
9º	FACULDADE FARIAS BRITO	FFB	CE	Fortaleza	PRIVADA	244,19	3
10º	FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO	FLS	CE	Juazeiro do Norte	PRIVADA	241,86	3

FONTE: INEP / MEC

Conhecendo de forma breve a história da UFC, passemos a dar destaque à experiência da universidade quanto à acessibilidade e ao atendimento à pessoa com deficiência.

4.2 Conhecendo os projetos da UFC quanto ao atendimento à pessoa com deficiência

As primeiras informações que obtivemos ao pesquisarmos sobre a experiência da UFC, quanto à atenção à pessoa com deficiência, tratou-se de um projeto da professora Ana Karina Moraes de Lira, da Faculdade de Educação, sobre o uso do DOSVOX.

Em artigo apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária¹⁴ em 2004, a mesma informou que a UFC já vinha desenvolvendo ações de Acessibilidade desde agosto de 2003, quando foi implantado o projeto de extensão universitária, intitulado “Acessibilidade e Inclusão: abrindo janelas para a educação de pessoas cegas, através do DOSVOX” (LIRA, 2004, p.01), sob a coordenação da própria professora.

O artigo informa ainda que os objetivos eram o de criar um núcleo de pesquisa-extensão-ensino para apoio à educação da pessoa com deficiência visual, através da sua integração ao uso do computador. Dessa forma, a pessoa com deficiência visual deveria ser capacitada ao uso do DOSVOX¹⁵, que possibilitaria, inclusive, concorrer a uma maior oportunidade de emprego.

O curso formou a primeira turma em 2004 e objetivou ainda criar e manter um espaço físico, acadêmico e social para a discussão e implementação de ações relacionadas à integração do computador na educação e capacitação de pessoas com deficiência visual para o trabalho.

Destacamos outra iniciativa que está em atividade desde 2003, na temática acessibilidade na UFC. Trata-se do programa radiofônico Todos os Sentidos, apresentado pelo poeta, radialista e professor da UFC Henrique Beltrão. O programa voltado às pessoas com deficiência enfoca questões, anseios e feitos, “compilados no bordão: para levar ao ar a voz das pessoas com deficiência” (OLIVEIRA et al, 2012, p.01), contempla ainda diversos temas relativos à saúde e cultura.

O programa de extensão universitária Rádio Plural possui dois programas: Sem Fronteiras (desde 1998) e Todos os Sentidos (desde 2003), sendo este

¹⁴ O 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária aconteceu em Belo Horizonte, de 12 a 15 de setembro de 2004. O 1º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) ocorreu entre 09 e 11 de novembro de 2002. Sob o tema "Universidade: conhecimentos e inclusão social", realizado em João Pessoa, na Paraíba. Ver: <https://www.ufmg.br/congrect/>

¹⁵ O DOSVOX é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. Batizado como DOSVOX (a voz do DOS, sistema operacional muito usado na década de 1990) é distribuído gratuitamente na internet.

veiculado às quartas-feiras, a partir das 14h, pela Universitária FM - 107,9, composto por entrevistas entremeadas por músicas e poemas, como informa a Assistente de Produção do Programa.

Em 2012, foi publicado um artigo na revista *Extensão em Ação* (elaborada pela Pró-Reitoria de Extensão da UFC), onde destaca o trabalho do apresentador, que cria uma ideia de identidade com o público que o ouve, “traduzindo-a como o pertencimento a uma dada ‘comunidade’ por meio de mecanismos de intimidade e partilha” (CAVALCANTE e CASTRO, 2012, p. 14).

O radialista é autor de dois livros de poemas e canções – “Vermelho”, lançado em 2006 em primeira edição, e “Simples”, lançado em 2009 –, do qual retiramos o poema “Sentidos”, apresentado no início desta dissertação.

Henrique Beltrão se utiliza de performance midiatisada para se aproximar dos ouvintes, envolvendo-os de forma afetiva, como destacou um dos ouvintes, com deficiência visual:

(...) consegue aliar a poesia que toca no coração das pessoas e a música sempre boa com a discussão em torno das pessoas com deficiência. Isso torna a luta mais leve e atinge um número cada vez maior de ouvintes do programa e também de colaboradores que simpatizam com a causa das pessoas com deficiência. (CAVALCANTE e CASTRO, 2012, p. 19).

O programa tem como colaboradores o Universo Down, a Agência da Boa Notícia, o CAMPE (Centro de Apoio às Mães de Pessoas com Deficiência), além de contar com as parcerias da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, a SECULT-Arte (Secretaria de Cultura Artística da UFC) e os cursos de Letras, Jornalismo e Publicidade.

Ainda que o programa tenha nascido com a ideia de ser para surdos, a “emissão foi estendida a todas as pessoas com deficiência (PcD), quer seja uma deficiência física, intelectual ou sensorial”. (CASTRO e ALBUQUERQUE, 2012, p. 07).

Damos seqüência ao terceiro projeto com o qual tivemos contato na UFC, o qual julgamos essencial, já que o Governo Federal determinou no Decreto Nº 5.296/04, que os estabelecimentos de ensino proporcionassem condições de acesso

e uso de todos os ambientes, incluindo bibliotecas, salas de aula, laboratórios e demais espaços, por pessoas com deficiência.

Dessa forma, a Coordenadoria de Obras e Projetos (COP) elaborou em 2002 o Projeto Acesso UFC: um estudo de acessibilidade para os edifícios da Universidade. O projeto tinha como objetivo principal fazer um levantamento do número de pessoas com deficiência na UFC, seus respectivos locais e condições de trabalho, a partir de um estudo de acessibilidade nos edifícios. A pesquisa contou com a participação de alunos e servidores com deficiência.

Entre os anos de 2002 e 2003, conforme Santiago (2011), foram executados e orçados pela COP 24 projetos de acessibilidade, com ênfase na instalação de rampas e adequação de banheiros. Do total, 62% das intervenções deram-se no Benfica, área com maior número de pessoas com deficiência (esse número não foi publicado), seguidas de 34% no Pici e 4% no Porangabuçu.

Outro projeto – que já existe há mais de 10 anos, e que em 2010 escolheu dar oportunidade aos deficientes também – acontece no LABRINJO (Laboratório de Brinquedos e Jogos). Trata-se de outro ponto de inclusão social na Universidade, funcionando como um laboratório de pesquisa, de extensão universitária e de formação didática de professores da UFC e de outros educadores.

Para o coordenador do programa, Marcos Teodorico, o valor central do brincar vai além dos objetivos preconizados na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959. Trata-se, sobretudo, de uma política pública. Como exemplo disso, em 2010, houve o I Seminário de Políticas Públicas para o Lazer e aconteceu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) com a participação do Ministério do Esporte, Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL), as universidades UECE, UFC e UNIFOR.

Após contato por telefone, em março de 2013, o coordenador nos informou que, quanto ao atendimento a pessoas com deficiência, o laboratório conta com o projeto '*Brincar para Incluir*', que utiliza materiais específicos para o conforto da criança, principalmente para as crianças cegas.

Embora tenha sido pensado para atender também aos servidores da UFC e seus filhos, isso nunca aconteceu. Para o coordenador, isso se dá devido a pouca

divulgação pela universidade: “não há valorização e interesse de união pela parte de outros projetos”, disse ele, por telefone. Ele concluiu a conversa demonstrando insatisfação com a fragmentação das políticas públicas na UFC: “todos fazem, mas todos fazendo isolado”.

Por fim, apresentamos um evento mais que especial, segundo a Imprensa Universitária, que ocorreu em 2013. A UFC disponibilizou vagas para a primeira turma do curso de Licenciatura em Letras, com habilitação na Língua Brasileira de Sinais (Libras), no período noturno, através do SiSU. “O curso terá sua primeira turma no segundo semestre letivo de 2013...” (Portal UFC)¹⁶.

Os alunos integraram a primeira turma presencial de Licenciatura em Letras –Libras da UFC, que surgiu como ampliação do curso semipresencial de formação de professores para o ensino de Libras, iniciado em 2006, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio com 15 IES, incluindo neste número a UFC.

Concluímos este tópico, com o destaque da parceria da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), na adaptação do portal eletrônico da UFC, em janeiro de 2013. Tal adaptação teve o objetivo de tornar um dos maiores canais de informações da universidade acessível para pessoas com deficiência.

Segundo os responsáveis, em notícia publicada no portal da UFC, em janeiro de 2013, primeiramente, foi feita a adaptação da página, permitindo a utilização de recursos de alto contraste, além da criação de uma barra de acessibilidade com os seguintes recursos: aumentar e reduzir o tamanho das letras e ativar/desativar contraste.

O portal conta ainda com um novo conjunto de teclas de atalho, para possibilitar a navegação por meio do teclado do computador, e reorganizou a estrutura HTML do site, acrescentando o botão “Ir para o topo”, recurso que facilita a navegação.

¹⁶ Ver em notícias UFC : <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2013/3379-prograd-chama-para-matricula-candidatos-surdos-classificados-para-o-curso-de-letras-libras>. Acessado em 22 de novembro de 2013.

De acordo a diretora da Divisão de Portais Universitários da STI, Emília Crispim:

A Secretaria está iniciando a reconstrução de todos os sites hospedados no portal da UFC, aplicando um conjunto de regras de acessibilidade ao conteúdo e realizando adaptações visuais. A partir de todas essas modificações, será iniciada uma segunda etapa do trabalho: a avaliação das ferramentas por um grupo de pessoas com deficiência, sobretudo com cegueira. O teste servirá para possíveis aprimoramentos ou correções das ferramentas, de acordo com as observações feitas pelos usuários (UFC, 2013)¹⁷.

A proposta da STI é que os novos sites da UFC sejam construídos de acordo com as regras de acessibilidade, que podem ser observadas no Capítulo IV, do Decreto 5.296/04, que trata do Acesso à Informação e à Comunicação, que, em seu artigo 47, expõe:

No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.

No artigo subsequente, a Lei traz a 'punição' caso haja desobediência desse dispositivo, quando informa que a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos deverá ser observada para obtenção de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos; dentre eles, os projetos de natureza arquitetônica, por meio de qualquer instrumento, tais como: convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar (BRASIL, 2004, Art. 2º, III).

Porém, ainda que algumas ações e políticas de acessibilidade estejam sendo pensadas na UFC, a procura das pessoas com deficiência por estudarem na universidade parece estar diminuindo com os anos.

Conforme dados no Anuário Estatístico UFC de 2011, com base em 2010, o número de inscritos no vestibular foi diminuindo nos anos 2006 a 2010. Por que

¹⁷ Ver em: <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2013/3199-portal-da-ufc-ganha-novas-ferramentas-de-acessibilidade-para-pessoas-com-deficiencia>. Acessado em 21 de abril de 2013.

isso vem acontecendo? O ano de 2010 já teve mais inscritos, em relação ao ano anterior, por quais motivos? Vejamos:

Tabela 3 - Número de deficientes inscritos no vestibular

ANO	2006	2007	2008	2009	2010
INSCRITOS	659	530	195	175	227
APROVADOS	73	51	33	21	30

Fonte: Anuário estatístico UFC 2011, base 2010.

Destacamos, quanto aos dados dos Anuários, que em 2011 apresentaram mudanças em seu conteúdo, destinando capítulos a temas como Inclusão Social, subdividido em: Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui; LABRINJO e Brinquedoteca de Pesquisa e Lazer; e ainda o Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES).

Salientamos que esses dados são uma enorme conquista para nós, pesquisadores. Ainda que, infelizmente, a UFC não tenha o número e os nomes dos servidores com deficiência, que fazem parte do quadro de pessoal da instituição, destacamos que esse levantamento começou em 2013, quando a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), em parceria com a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, pensaram no cadastramento dos servidores técnico-administrativos e docentes com deficiência, semelhante ao que foi feito com os alunos.

A publicação dessas informações permitirá que novos estudos se dêem, destacando agora a realidade dos servidores, principalmente os técnicos administrativos, quanto à acessibilidade na UFC. Isso porque já há pesquisas com alunos, docentes e gestores dos programas, conforme citamos no corpo deste trabalho, mas nenhum que observe a realidade do servidor técnico administrativo.

Com isso prosseguimos, então, conhecendo mais da Secretaria de Acessibilidade *UFC Inclui*, sua história de criação e sua realidade junto da pessoa com deficiência.

4.3 Conhecendo a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui

Conforme anunciamos no terceiro capítulo, o Programa Incluir, do Governo Federal, foi a chave para a instalação desta Secretaria, a qual marcou a abertura do 3º Ciclo de Debates, dando continuidade aos iniciados em 2006, no Projeto UFC Inclui. O tema deste último foi “Acessibilidade e Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará”.

Recordando que nos anos 2007-2008, em uma segunda edição do projeto UFC Inclui, aconteceram palestras e foram estabelecidas metas, que incluíam a realização de debates, a oferta de cursos de Braille e Libras para alunos, docentes e servidores técnico administrativos.

No ano seguinte, uma das metas do Projeto UFC Inclui foi posta em prática e, em novembro 2009, através da Portaria Nº 32681, de 25 de novembro, assinada pelo Reitor Jesualdo Farias, foi instituída a CEIn, primeira ação institucionalizada da UFC, voltada para a acessibilidade, revelando a disposição da Administração Superior de fazer acontecer a inclusão entre todos, conforme explicitou o Vice-Reitor Henry Campos, em entrevista dada à Imprensa da UFC, em março de 2011.

A CEIn foi composta por um grupo multidisciplinar formado por docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, sob a coordenação da Professora Drª. Vanda Leitão, e foi responsável por apresentar projeto de políticas permanentes, que garantam a permanência da pessoa com deficiência na Instituição, compreendendo a eliminação das mais diversas formas de barreiras (SANTIAGO, 2011).

Com a CEIn implantada, destaca-se a aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da instalação de uma estrutura administrativa denominada Secretaria de Acessibilidade. Segundo o Vice Reitor, na solenidade de instalação,

Era o passo que faltava ser dado, em nossa Universidade, para se colocarem em marcha, de uma forma definitiva, mais ações inclusivas

necessárias para eliminarmos as barreiras que se interpõe entre as pessoas com deficiência e o seu projeto de aqui estudarem (UFC, 2011)¹⁸.

Conforme explicitou Santiago (2011), a Secretaria realiza o cadastro de estudantes, docentes e funcionários deficientes e é responsável por elaborar políticas, executar e gerenciar ações de acessibilidade, funcionando desde 2011 no prédio da Biblioteca, no Bloco 4 do Centro de Humanidades, Benfica.

Em um primeiro momento, segundo a Diretora, em entrevista dada à revista Universidade PÚBLICA¹⁹, julho/agosto de 2012, perguntada sobre como seria a relação da Secretaria com os deficientes, ela informou que foram surpreendidos com o silêncio dos mesmos nos primeiros oito meses de funcionamento: "Meu Deus, será que eles não estão acreditando?" (REVISTA UP Nº 68, Julho/Agosto, 2012, p. 8).

Para a Diretora, o que tinha de ser feito era aproximar os alunos, pois o processo de inclusão não se dá de uma mão só: "Não há inclusão, se não houver acessibilidade e não há nenhuma ação política eficaz sem incluir as pessoas com deficiência" (*ídem*, 2012, p.10) . A Universidade precisa oferecer condições, mas os alunos e servidores deficientes precisam "demandar, solicitar, nos ensinar a fazer as coisas" (*Ibidem*, 2012, p. 8)

Após o silêncio, a Secretaria decidiu fazer um cadastro dos alunos com deficiência, quando, no ato da matrícula, se declarariam ou não com deficiência. Mais uma surpresa foi o fato de 276 alunos responderem "sim", que possuíam alguma deficiência, demonstrando um alto número desses alunos.

Curiosos com esse quantitativo, a Secretaria de Acessibilidade elaborou um formulário, que foi enviado por email aos alunos, que responderam positivamente, para que informassem qual era a deficiência e quais necessidades apresentavam para fazer o curso, com garantia de qualidade.

¹⁸ Portal da UFC / notícias. Ver em: <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2011/3008-instalada-secretaria-de-acessibilidade-ufc-inclui>. Acessado em maio de 2011.

¹⁹ Revista Universidade Pública, da UFC, de rodagem e publicação bimestral desde junho de 2000, sobre temas de interesse da comunidade acadêmica.

Analisadas as respostas, o número de alunos com deficiência reduziu para 26; e incluindo as respostas dos coordenadores de cursos, esse número passou para 29. Por que esse número diminuiu? Como foi feita a análise das respostas? O texto da entrevista não continha tais detalhes.

A Secretaria, a partir do conhecimento do número de alunos com alguma deficiência, começou a elaborar propostas de ações, e os interessados foram convidados a participarem. Começaram a chegar, principalmente, alunos com deficiência visuais, ainda que a maior quantidade seja a de deficiente motor.

No levantamento feito em fevereiro de 2011 pela Secretaria, havia 07 alunos com deficiência visual matriculados na UFC, distribuídos nos cursos de graduação: agronomia, biblioteconomia, engenharia da computação, letras e pedagogia. Lembrando que esses foram os primeiros dado solicitados à Secretaria, via ofício, para esta pesquisa. Conforme dito, só recebemos o quantitativo de alunos, pois, o de servidores com deficiência ainda não havia sido levantado.

No ano de 2012, a Secretaria UFC Inclui comemorou um ano de sua instalação e ofereceu curso de Libras, promovido em parceria com a graduação em Letras-Libras e a Pró-Reitoria de Extensão; e, para os deficientes visuais, a oferta foi de cursos incluindo o uso de computadores com DOSVOX, ofertados no Laboratório de Informática (LIE) da Secretaria.

Nossos primeiros contatos se deram com a Secretaria ainda em reforma, quando fomos informados de que ela estava fechada. Um homem que passava pelo local nos informou: '*tá funcionando ainda não, moça. Tão reformando*'. Isso aconteceu em março ou abril de 2011 e só voltaríamos por lá, um ano depois.

Acompanhando as notícias da Secretaria pelo portal da Universidade; coletando informação com quem fosse possível; e prosseguindo com as visitas, que eram feitas quase todas ao final das manhãs, tentando captar o maior número de informações do local, dos freqüentadores etc.

Preferindo ficar como observadora nesse primeiro momento, anotando nomes e programações daquele espaço, que à primeira percepção parecia tão pouco frequentado; de pouca visibilidade para quem passa, pois fica ao lado da

Biblioteca de Ciências Humanas, ao canto do muro, e até a placa com o nome da Secretaria fica coberta por uma árvore.

Mas as atividades na Secretaria aconteciam sim e, conforme o Anuário UFC 2012, no capítulo que trata da Inclusão Social, quanto à Secretaria, as informações foram distribuídas em cinco eixos principais: atitudinal, arquitetônico, pedagógico, tecnológico e linguístico.

Tabela 4 - Inclusão social na UFC

PROGRAMAS / PROJETOS	QUANTIDADES
Acessibilidade Atitudinal	04
Acessibilidade Pedagógica	06
Acessibilidade Arquitetônica	03
Participação em discussões sobre acessibilidade na UFC	07

Fonte: Anuário estatístico UFC 2012, base 2011.

O primeiro eixo de acessibilidade é o Atitudinal, que significa a remoção de barreiras que impedem a acessibilidade em suas várias dimensões. A acessibilidade Pedagógica favorece a formação de alunos com deficiência nos cursos de graduação. Já o eixo Arquitetônico significa adequar os espaços físicos, tornando-os acessíveis aos estudantes com deficiência física.

Como forma de aproximar-se mais da sociedade, a Secretaria criou perfil na rede social Facebook, iniciando as atividades em abril 2013, bem como deu origem a página eletrônica da Secretaria, contendo informações sobre a Secretaria, acessibilidade, e disponibilizando ainda a programações de eventos e um canal direto com o cidadão, através do: Entre em Contato com a Secretaria.

Feita a apresentação desse espaço, no próximo capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa, baseados nas informações colhidas nos questionários e as percepções relatadas no diário de campo, exporemos uma amostragem do como os alunos com deficiência visual percebem a universidade e as políticas de inclusão.

5 AS ETAPAS DA PESQUISA E A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS: RESULTADOS

Esta pesquisa apresenta as experiências vivenciadas pelos alunos com deficiência visual e busca compreender o fenômeno da inclusão desses alunos na UFC, a partir da narrativa dos mesmos. Como objetivo, atentaremos para as percepções dos sujeitos acerca das políticas públicas de inclusão.

Neste capítulo, dedicar-nos-emos aos resultados da investigação, descrevendo cada uma das etapas, bem como fazemos as análises dos dados obtidos através das entrevistas semi estruturadas com os sujeitos do estudo.

Este tipo de entrevista supõe perguntas previamente formuladas, somadas a questões abertas, nas quais o pesquisado fala livremente sobre o tema proposto. “Uma espécie de ‘conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa” (MINAYO, 1993, p. 107).

Salientamos que as fases da pesquisa desenvolveram-se sem grandes impedimentos. Dessa forma, todas as informações solicitadas à Secretaria de Acessibilidade, às coordenações e Secretarias de cursos, bem como o contato com os próprios alunos, aconteceram de forma tranquila, sem embaraços ou quaisquer obstáculos.

5.1 Das etapas da pesquisa

As primeiras etapas da investigação foram concernentes ao levantamento de referenciais teóricos, com o suporte de documentos legais. Esta fase teve início em março de 2012, seguidas pelo levantamento do número de alunos com deficiência, em março de 2013 e posterior aplicação dos questionários, em fevereiro de 2014.

A seleção dos sujeitos foi baseada nas informações prestadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Segundo a Diretora da Secretaria, o registro desses alunos acontece quando, no ato da matrícula, o aluno se autodeclara com deficiência. A Secretaria procura então as coordenações de curso, para que, em parceria, consiga aproximação posterior.

Neste momento, muitos dos alunos que se autodeclararam com deficiência, mas que não estão impedidos de atividades diárias, como acompanhar aulas no quadro ou a leitura de livros, desde que utilizem próteses corretivas (óculos), não estão incluídos neste estudo.

Dessa forma, recebemos o dado que, em 2013.1, havia 9(nove) alunos com deficiência visual (baixa visão ou cegueira), regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da UFC (Ver Anexo A), estando um desses alunos matriculados no campus UFC Sobral e, com o qual, fizemos todos os contatos virtuais (*e-mails* e redes sociais), pela impossibilidade de irmos ao município em questão.

A aproximação com alguns alunos teve início em 2013, no espaço da Secretaria e nos ambientes virtuais, enquanto a aplicação dos questionários ocorreu em fevereiro de 2014, quando as coordenações e Secretarias de curso disponibilizaram os contatos de *e-mails* e telefones de todos os alunos indicados para a pesquisa. As primeiras aplicações de questionário só aconteceram quando teve início o semestre letivo.

Dos 9(nove) alunos com deficiência visual, conseguimos que 8(oito) desses participassem da pesquisa. Após o contato feito por *e-mail* e redes sociais, logo alguns deles disponibilizaram inclusive seus números telefônicos e residenciais, para facilitar o diálogo. Isso não foi possível com o aluno do campus de Sobral, que preferiu não manter contato telefônico, ainda que aceitasse responder a todas as perguntas por *e-mail* ou programas de bate papo virtuais.

Uma das alunas, que estuda no Campus do Benfica e com a qual tivemos os primeiros contatos ainda em 2013, disponibilizou-se a participar da pesquisa, mas sempre que marcamos de nos encontrar, ocorriam impedimentos, fosse mudança de horário das aulas da aluna, ou reunião com colegas da turma etc. Após várias tentativas, infelizmente não conseguimos aplicar o questionário com a mesma.

Por isso esta pesquisa apresenta a experiência de 8(oito) dos 9(nove) alunos, sendo a participação do aluno que estuda em Sobral comprometida pela frieza dos contatos via *e-mail*. Reconhecemos que faltou o olho-no-olho, frente-a-

frente, mas compreendemos, pela distância entre os municípios, que ficam a cerca de 233 km um do outro.

Agendado os primeiros contatos individuais, os alunos foram informados do objetivo da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver Apêndice B), para o qual não houve nenhuma objeção.

As entrevistas foram acontecendo de forma negociada entre alunos e a pesquisadora, entre intervalos de aulas ou folgas dos alunos. Apenas uma entrevista aconteceu em um shopping da cidade, pois a aluna de mestrado não está mais em aula e estava de passagem por Fortaleza, mas viajaria no mesmo dia em que nos encontramos, para o interior no qual os pais residem.

As falas dos alunos foram organizadas e analisadas, a partir de temas selecionados, observados nos discursos desses sujeitos. Para este procedimento nos utilizamos da análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1977), trabalhando os dados, através da interpretação dos discursos e da busca do sentido.

Para conhecermos um pouco desse grupo pesquisado, destacaremos em próximo momento as informações da população com deficiência visual (discentes) na UFC, observando características, como idade, sexo e condição socioeconômica, conforme proposto em um dos objetivos específicos deste trabalho.

5.2 Dos sujeitos da pesquisa

Segundo a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, dos 7 (sete) alunos com deficiência visual em 2011, esse número passou para 9 alunos, em 2013.1; sendo 3 (três) com cegueira e 6(seis) com baixa visão. Detalhe para esses últimos dados, pois acrescentaram ainda alunos da Pós-graduação.

Do total de 32 alunos com deficiência em 2013, os 9 (nove) alunos com deficiência visual estavam matriculados entre os seguintes cursos de Graduação e Pós-graduação, tipo de deficiência e sexo:

Tabela 5 - Número de alunos com deficiência visual por curso na UFC

CURSO	Nº DE ALUNOS	SEXO	CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIENCIA
LETRAS /Português / Espanhol	1	FEMININO	CEGUEIRA
LETRAS /Português / Italiano	1	FEMININO	CEGUEIRA
PSICOLOGIA Mestrado	1	FEMININO	CEGUEIRA
BIBLIOTECONOMIA	1	MASCULINO	BAIXA VISÃO
PEDAGOGIA	1	FEMININO	BAIXA VISÃO
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	1	MASCULINO	BAIXA VISÃO
COMPUTAÇÃO	3	MASCULINO	BAIXA VISÃO
TOTAL	9	4 MULHERES 5 HOMENS	_____

Fonte: Pesquisa do autor, 2013.

Desse número apresentado, 8(oito) alunos estudam nos Campus de Fortaleza, sendo o aluno de Engenharia da Computação, do campus de Sobral. Quanto às condições de trabalho e ocupação, a partir das informações coletadas nos questionários, concluímos que 2(dois) dos alunos trabalham como servidores da UFC: um deles tomou posse em 2013 e o outro, empossado em 2009. Ambos estão lotados no campus do Pici, embora não conheçam um ao outro.

Três alunos estão com bolsas acadêmicas (iniciação científica ou extensão), e nos informaram, inclusive, que não encontraram nenhuma dificuldade na seleção. Outra aluna já completou o período da bolsa e, no momento, está iniciando em um emprego, ainda no período de experiência. Dois alunos estão desempregados e, segundo um deles, não concorreu a bolsas na UFC por falta de iniciativa própria.

Quanto aos nomes dos alunos pesquisados, tivemos o cuidado de atribuir nomes fictícios, com o intuito de resguardar a identidade dos mesmos e garantir o sigilo das informações. Em tabela a seguir, apresentamos o ano de ingresso na universidade²⁰, campus do curso e bairro onde reside cada um dos entrevistados.

Tabela 6 - Característica dos alunos com deficiência visual na UFC

ALUNO	ANO DE INGRESSO NO CURSO	CURSO / CAMPOS	BAIRRO QUE RESIDE
SOCORRO	2008.1	PEDAGOGIA/ BENFICA	JOSÉ BONIFÁCIO
FREDE	2010.1	COMPUTAÇÃO/ PICI	CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
RAQUEL	2011.2	LETRAS ITALIANO/ BENFICA	ITAPERI
JOSÉ	2012.1	COMPUTAÇÃO/ PICI	CONJUNTO CEARÁ
MARIA	2012.1	PÓS PSICOLOGIA/ BENFICA	MONTE CASTELO
ALISSON	2012.2	BIBLIOTECONOMIA/ BENFICA	TABAPUA
IURI	2012.2	COMPUTAÇÃO/ PICI	VILA VELHA
JADER	2012.2	ENG COMPUTAÇÃO/ SOBRAL	JUNCO

Fonte: Pesquisa do Autor, 2014

Podemos concluir que esses alunos ingressaram na UFC após os principais programas do Governo Federal, citados neste trabalho: o Incluir (2005); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e, alguns alunos, após o Programa Viver sem Limites (2011), embora os alunos pareçam não ter conhecimento de nenhum deles.

Ao serem questionados – “Você conhece alguma política pública para ingresso e permanência no ensino superior?” –, os alunos explicam:

²⁰ Quanto à aluna da pós graduação, o ano de ingresso em questão, trata-se do período de ingresso no curso de mestrado.

Nem sabia que existia. Não acompanho nenhum programa do Governo. Eu escuto falar, mas não conhecia nem esse FIES [...] (JOSÉ, 2014)

Não conheço essas políticas públicas. Mas hoje eu fiz uma festa porque eu fui pegar meu cartão no Banco do Brasil e veio tudo em Braille. Eu nem sabia que eu tinha direito a isso. (MARIA, 2014)

Não conheço as políticas públicas. Um Direito que tenho percebido foi a fila prioritária no RU (Restaurante Universitário). (ALISSON, 2014)

Não conheço nenhum programa do governo quanto à Inclusão. (FREDE, 2014)

Não conheço dos programas do governo. Esses programas não são amplamente divulgados. Sei que, como minha família não é de baixa renda e eu estudei em escola particular, e não sou aposentada, não vou nem atrás, porque não tenho direito mesmo. (RAQUEL, 2014)

Não, não. Conheço o tratamento nas provas de seleção, tipo o ENEM e para a permanência na universidade, conheço da possibilidade de ampliação de textos (IURI, 2014).

Quanto às políticas públicas: Não, não houve nenhuma informação a respeito. Desconheço elas. (JADER, 2014)

Não conheço nenhuma política, não. Só conheço a Vanda. (SOCORRO, 2014)

Os alunos ainda fazem confusão quando se fala em políticas públicas, como se as mesmas fossem referentes apenas à implementação de direitos. Ainda que os entrevistados narrem não conhecer das políticas, alguns deles as utilizam, como por exemplo, a gratuidade nos transportes públicos. De qualquer forma, isso faz refletir, se os principais sujeitos de tais políticas não as reconhecem, como avaliá-las? Baseados em que podemos dizer que esses programas do governo atendem ou não ao público para os quais são dirigidas?

Prosseguimos salientando que 6(seis) alunos concluíram o ensino médio e fundamental em escolas particulares, sendo que 2(duas) alunas o fizeram no município de Quixeramobim, e 1(um) aluno em Sobral, Ceará. Apenas 2(dois) alunos tiveram seus estudos em escolas públicas, inclusive sendo um deles aluno da Escola Instituto dos Cegos, no bairro do Antonio Bezerra, em Fortaleza; e o outro aluno estudou no Instituto Hélio Góes, até o sexto ano, e concluiu o ensino médio no Colégio da Polícia Militar.

Quanto ao deslocamento, o principal meio de transporte dos alunos à universidade é o público (ônibus e *topics*), desde que acompanhados de algum

conhecido, preferencialmente, para informá-los os nomes das linhas. Três alunos vão na companhia de familiares, em transporte particular, que os deixa na porta da universidade. Todos os alunos possuem meia estudantil e apenas 2(dois) têm passe de gratuidade, fornecido pela Prefeitura de Fortaleza, através da Empresa de Transporte Urbano (ETUFOR).

Isso posto, conhiceremos detalhes quanto ao ingresso dos alunos na UFC; as relações com colegas, coordenadores e professores dos cursos, e ainda, que conhecimento e opinião possuem da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Detalharemos a percepção dos alunos quanto às políticas públicas de inclusão no ensino superior, confrontando as políticas públicas governamentais, com as políticas públicas implementadas pela UFC para a pessoa com deficiência visual.

5.3 Dos resultados da pesquisa

Para a análise dos dados, todo o material foi codificado a partir das etapas da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Segundo a autora, há três fases que devem ser observadas: uma pré-análise, seguida pela exploração do material (descrição analítica) e, por fim, o tratamento dos resultados.

Ao final dessas fases, algumas categorias e subcategorias emergiram, a partir de desmembramentos dos textos das transcrições. Logo, identificamos o que havia de comum nas respostas analisadas, e assim organizamos as principais categorias, a partir de temas, que são: ingresso e permanência na UFC; conhecimento e uso do espaço da Secretaria de Acessibilidade.

5.3.1 Ingresso e permanência na UFC

A primeira grande observação desse tópico diz respeito a um dos alunos, que é também servidor da UFC, e que, infelizmente abandonou o curso de Biblioteconomia no segundo semestre de 2013, tendo cursado apenas dois semestres. Segundo ele, as maiores dificuldades foram a de conciliar a carga horária de 40 horas do cargo, com as várias leituras, que o curso exige.

As dificuldades eram trabalhar 40 horas e lidar com as disciplinas. Por isso reprovei umas e tranquei outras. No semestre seguinte, tirei umas cadeiras e tentei conciliar. Eu gosto da área, mas é difícil lidar com os professores e a

didática, a metodologia... Acho difícil eu voltar pro curso, porque o curso não vai mudar. Talvez a minha mentalidade mude (ALISSON, aluno com baixa visão).

Quando do primeiro contato com o aluno Alisson, ainda por telefone, o mesmo informou que talvez não fosse contribuir nesta pesquisa, pois não estava devidamente matriculado. O convite foi ratificado e, ao contrário, consideramos essa informação de grande importância para a pesquisa, pois a decisão de não cursar o semestre deveria ter uma causa.

O aluno informou que foi procurado pela Secretaria de Acessibilidade, que tentou auxilia-lo no que fosse preciso, mas a decisão de abandonar o curso já estava tomada. Alisson não encontrava como fazer tantas leituras em pouco tempo, já que tinha professor que entregava o texto na aula de terça-feira, para ser discutido em sala de aula na quinta-feira seguinte.

O curso exige uma leitura pesada e isso me desestimulou. Eu não consigo tirar da lousa e na faculdade era diferente do ensino médio. No ensino médio eu escutava e quando o professor escrevia na lousa, os colegas ditavam o que o professor tava escrevendo. Na UFC eu não consegui ter isso. Faltou esse apoio mais forte, que eu tive no ensino médio (ALISSON, aluno com baixa visão).

O aluno narra ainda que, após o contato com a Secretaria de Acessibilidade, esta intermediou junto à coordenação do curso, para que os professores o auxiliassem. Mas o aluno sentia a resistência de alguns professores quanto à metodologia deles, o que o deixava desconfortável.

Se o professor vai trabalhar com texto em sala de aula, ele tem que lembrar de trazer o texto ampliado pra mim, e isso ele não lembra. Pedia pra que uma semana ou dois dias antes de eles fazerem uma apresentação com slide, que esses slides fossem encaminhados pra mim, pra que eu possa já estudar e ver o que está sendo apresentado e participar das discussões. Mas isso eles não lembram. Ai eu falei com o meu coordenador, e ele me confidenciou que é muito trabalho pra ele e que seria mais fácil eu mesmo falar com os professores. Eu acho que essas barreiras administrativas tornam mais difícil (ALISSON, aluno com baixa visão).

Para este aluno, a solução seria fazer um curso à distância: “Eu vislumbro uma graduação à distância, que eu não precisaria me deslocar e o próprio material didático já seria adaptado e eu poderia facilmente fazer um trabalho com a fonte e letra que eu preciso” (Alisson, aluno com baixa visão).

Observa ainda que outra dificuldade era o uso do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA): “O SIGAA não tem como eu mexer. Se você não conhece, precisa ir atrás de ajuda de outra pessoa” (Alisson, aluno com baixa visão). Acrescentamos ao detalhe do aluno, que o acesso a esse sistema é obrigatório, pois é nele que o aluno faz a matrícula, além do acompanhamento das notas das disciplinas, tem acesso ao material das aulas dentre outras atividades.

Todos os encontros com este aluno se deram no campus do Pici, onde o aluno está lotado como servidor. Percebemos, entretanto, o aluno desconfiado, fosse de professores, colegas de trabalho e até do local onde trabalha, como se tivesse sido preterido na hora da lotação, devido à posição em que ficou no concurso.

Alisson desconfia que não terá respostas às suas solicitações feitas à UFC; desconfia de que colegas de trabalho se incomodem quando o mesmo diminui as luzes da sala, devido ao cansaço na vista, e desconfia que não pôde escolher onde ser lotado, pois ficou na última posição nas vagas para pessoas com deficiência.

Eu já enviei ofício aqui na UFC solicitando que um formulário que me foi enviado para preenchimento fosse ampliado. Acho que não gostaram muito ou não ligam. Mas não tinha como eu ler uma fonte que devia ser 10 ou 11(...) A minha vista dói com a claridade, por isso preciso de menos luz na sala onde trabalho, mas se eu diminuir, apaga para todo mundo. Por isso pedi pra que fosse feito um interruptor só para a luz que fica sobre mim. Mas não fizeram nada ainda (...) Quanto à lotação, dizem que os primeiros lugares podem escolher onde trabalhar. Como eu fiquei no último, já me lotaram logo aqui. Mas eu gostei muito (ALISSON, aluno com baixa visão).

Observamos uma segunda aluna, Socorro, que ingressou em 2008.1, e que está atualmente com a matrícula trancada, há três semestres, por motivo de doença. Segundo ela, após um problema de doença que a mãe da mesma teve, refletiu na aluna a síndrome do pânico e a aluna ficou por muito tempo sem conseguir sair de casa.

A faculdade tá trancada, agora, porque minha mãe adoeceu e eu fiquei assim com pânico, aí era ruim até de vim pra cá. Aí eu disse que só viria quando eu ficasse boa. Eu perguntei se eu precisava vim aqui todo mês pra trancar matrícula, mas me disseram que não. Agora pra reabrir a matrícula, fiquei indo da PROGRAD pra Pedagogia, da Pedagogia pra PROGRAD e quase não resolvia. Mas eu pretendo voltar próximo semestre. (SOCORRO, aluna com baixa visão).

Dando continuidade às experiências dos alunos, a partir do período de ingresso na UFC, continuamos com a história desta mesma aluna, Socorro, que ingressou para o curso de Pedagogia diurno, em 2008, após tentar o vestibular na UECE, não conseguindo aprovação. A aluna nos fala da experiência ruim na prova de vestibular da UECE, quando foi colocada em uma mesma sala que outros candidatos. A aluna informa ter solicitado ledor na prova, sendo a experiência muito ruim.

Foi uma experiência horrível, porque me colocaram em uma sala enorme, com vários alunos. Eu pedi o auxílio de um ledor e eles não me deram. Foi um bate boca na hora da prova. Como eu ia ter ledor naquela sala? Eu atrapalharia a prova dos candidatos e eles me atrapalhariam. Só depois de muita conversa, fui para uma sala, mas a ledora não sabia nada de espanhol e me atrapalhou bastante. Zerei até a prova e fui reprovada (SOCORRO, aluna com baixa visão).

Socorro já foi operada de catarata em um dos olhos, sem muito sucesso, e, devido ao glaucoma congênito, vem perdendo a visão. Abrimos parênteses para informar que só identificamos as causas da deficiência que foram informadas pelos próprios entrevistados, já que não faz parte do nosso questionário, por não ser objeto desta pesquisa. Assim, foram aqui citadas, quando informadas pelos alunos, por entendermos ser conteúdo de importância para os mesmos.

A aluna não encontrou dificuldades na seleção para ingresso na UFC e diz ter tido todos os serviços solicitados, “inclusive uma ledora que não complicou em nada a prova” (disse a aluna, que sorri ao narrar o fato). Quando iniciou o curso, ela informa que fez disciplina com a professora Vanda, por isso, ficou logo sabendo quando a Secretaria foi inaugurada.

O aluno seguinte, Frede, passou no vestibular para o curso de Computação já na primeira tentativa, ingressando no primeiro semestre de 2010. O aluno, que tem baixa visão, não se queixa da prova de seleção do vestibular, mas comenta da dificuldade em fazer a prova do ENEM, devida a extensão do número de questões e, para dificultar, ainda vem na cor rosa, tornando o texto menos legível.

O aluno destaca a necessidade de boas relações com os colegas, pois sempre tem algum em sua companhia. Até para as avaliações em sala, que são

quase sempre para implementação de programas de computador, as mesmas podem ser feitas em grupo. Mas orienta que o uso de lousas digitais facilitaria, pois possuem o recurso de zoom. E que prefere o uso de data show na exibição das aulas, já que o pincel e giz possuem espessura estreitas e ele não consegue enxergar.

Frede tem baixa visão e é conciso em todas as falas. Tivemos nosso encontro gravado em uma sala de laboratório escolhida pelo próprio aluno, que não se estendeu em nenhuma frase, sendo a entrevista a mais breve de todas. Simpático e prático, respondia quase com um 'sim ou não' às indagações. Concluídas as perguntas, saiu da sala e foi andando pelos corredores, com uma das mãos sobre as paredes, como a procurar referências para localização.

Seguimos apresentando a aluna Raquel, que é aluna com cegueira e ingressou no segundo semestre de 2011, Letras/Italiano, mas já tinha tentado anteriormente o curso de psicologia nas duas universidades públicas – UECE e UFC –, tendo sido aprovada apenas na primeira fase do vestibular tradicional da UFC.

A segunda opção de curso era Biologia, mas, por ser no campus do Pici, a aluna desistiu, pois já sabia que o deslocamento neste campus seria bem mais difícil pra ela, que é cega. Assim ela optou por Letras, e considera o campus do Benfica bem mais fácil para deslocamento, conseguindo nele andar, mesmo sem a companhia de outra pessoa.

Todos os alunos, sem exceção, consideram a prova do ENEM cansativa, pelo número de questões e textos. E para a aluna Raquel, o mais complicado é fazer uma prova de redação ditando (a aluna dita, enquanto um fiscal capacitado passa a limpo a redação): “é *muito complicado para organizar as ideias*”, diz ela. A aluna informa ainda que não ter tido coragem de fazer a prova em Braille devido à extensão das questões.

Os colegas são de grande importância para a aluna, que, mesmo durante a entrevista, estava arrodeada de três amigas. Raquel disse que consegue concluir bem o semestre, mas cursando poucas disciplinas. Ela também consegue o apoio da maioria dos professores, que, segundo ela, não a diferenciam; antes, auxiliam-na no que podem.

Os professores não me diferenciam e facilitam quando possível, adaptando aulas para menos visuais. A maioria me ajuda, senta comigo e me auxilia nos exercícios. Quando surge algum problema, prefiro resolver com o próprio professor. Só teve um caso, semestre passado, que uma professora dificultava; me ignorava, fingindo que eu não estava na sala. Ela dizia que eu atrapalhava a aula dela. Quase levo o caso para a coordenação, mas deu tudo certo (RAQUEL, aluna com cegueira).

Esta aluna, que teve a experiência de estudar no Instituto dos Cegos, quando funcionava na Rua Idelfonso Albano (endereço atual fica no bairro Antônio Bezerra), detalha que as escolas especiais são muito importantes, porque os alunos compartilham semelhanças até nas dificuldades. E isso, para ela, é muito diferente na universidade, por exemplo, onde a sociedade não é preparada para tratar com pessoas com deficiência.

Os estudiosos falam de escolas especiais, que essas privam a pessoa de ter contato com a sociedade. Eu concordo em parte, pois essas pessoas, esses alunos têm necessidade de contato com pessoas que tenham a mesma vivência que eles, para trocar experiências e aprender um com o outro. Só a convivência mista, não considero saudável (RAQUEL, aluna com cegueira).

Outros quatro alunos entrevistados, José, Maria, Iuri e Jader ingressaram na UFC em 2012, sendo os dois primeiros, no primeiro semestre. Maria, aluna da pós graduação, já vinha, no entanto, como aluna de graduação da UFC, desde 2005, tendo iniciado o mestrado em 2012. Segundo ela, nunca teve obstáculos nas seleções, principalmente na do mestrado, pois ela já era conhecida de alguns professores. E isso facilitou muito.

Eu cursei Psicologia na UFC e, como eu já era conhecida, na inscrição do mestrado, eu esqueci de levar uma declaração de que eu tinha deficiência, mas o coordenador do mestrado disse que eu não me preocupasse; bastava que eu fizesse uma observação na ficha, pois ele já sabia do meu caso (MARIA, aluno com cegueira).

Para ela, as dificuldades enquanto aluna da graduação, já não existiram na pós-graduação, pois a aluna já conhecia a Secretaria de Acessibilidade, que dava o apoio com o material didático, por exemplo. Mas, indica também como dificuldade, o manuseio do sistema SIGAA, dependendo da ajuda de colegas em alguns momentos.

Eu tenho dificuldade pra retirar meu histórico, por exemplo. Mas aí eu peço ajuda a alguém, até porque só preciso dele uma vez ao ano. Já o sistema da biblioteca é

muito bom, só a ida até lá que é ruim, porque tem o bosque, que é uma floresta, e eu prefiro que alguém me ajude a chegar até lá (MARIA, aluno com cegueira).

A aluna já concluiu as disciplinas do mestrado e está em conclusão da dissertação, que tem como tema a acessibilidade na UFC, conforme nos confessou a mesma. Foi muito disponível para participar desta pesquisa, oferecendo, inclusive, auxílio com materiais e sugestões de bibliografias, se fosse preciso.

Outro aluno ingressante em 2012, José, tem particularidades, pois iniciou os estudos de graduação na UNIFOR, sendo depois transferido para a UFC. Tendo vivido as primeiras experiências como aluno, em uma faculdade particular de Fortaleza, o aluno diz ter ficado bastante desestimulado nos primeiros semestres na UFC. Um dos principais motivos foram dificuldades para aproveitamento das disciplinas.

Quando eu entrei, me desestimulei bastante nos dois primeiros semestre. Eu pedi para o professor me reprovar, porque eu tava muito desestimulado pra correr atrás. Solicitei aproveitamento de disciplinas, esperei muito pela resposta e ainda perderam meus papéis e tive que pegar todas as ementas de novo, lá na UNIFOR. Lá eu era muito estimulado. Tinha feito uns 75% do curso e pensava em terminar e conseguir estágio. Na UNIFOR tudo tem que ser de excelência, até porque a gente tá pagando. (JOSÉ, aluno com baixa visão).

Ao descrever o processo de inclusão na UFC, o aluno detalha que já tinha tentado ingressar pelo vestibular tradicional, para psicologia, mas não conseguiu aprovação.

O vestibular que eu tentei foi pra psicologia na UFC. Na minha cabeça era um curso que eu não precisava enxergar. Eu poderia usar um leitor de tela e pronto. Foram umas 2 ou 3 vezes que eu tentei. Eu sempre pedia 1 hora a mais de prova. Passava na primeira fase e na outra não. Eu fiz pra UNIFOR também. Eu não passei, mas fiquei em lista de espera e tinha vaga pra computação. Eu tinha medo por ser um curso visual. Eu não tinha ideia que eu fosse aprender a programar no curso. Eu fui indo e me apaixonei pelo curso (JOSÉ, aluno com baixa visão).

Conta que mesmo já tendo avançado em semestres na UNIFOR, quando a UFC lançou edital para transferência de outras IES, ele tentou, por sugestão da mãe, que também é servidora da UFC. Pelo aluno, ele concluía na UNIFOR mesmo, mas a mãe preferia que ele fosse para uma faculdade pública.

José, que se diz tímido, e ainda por vir transferido de outra IES e iniciar o curso na metade, quase no quarto semestre, não tem contato com muitos colegas de sala. Não se sente à vontade, devido à timidez, para procurar os professores e explicar sua deficiência visual.

Esse semestre me matriculei em uma disciplina que já to fazendo pela terceira vez, porque antes eu desisti. A disciplina tem 80% do conteúdo de outra disciplina que eu já tinha feito e pedido aproveitamento, mas não foi aceito. A relação com os professores é bem ampla: há os atenciosos e há os que fingem que não sabem que tem aluno com deficiência e eu também acabo não indo atrás, porque fico inibido. Já tive professor que passava uma meia hora escrevendo na lousa, esperava mais 10 minutos para o povo copiar, ai ficava explicando, apontado o quadro e eu voando, sem saber o que ele tava apontando na lousa. Era pra eu falar, mas eu fico inibido. Agora já to melhorando (JOSÉ, aluno com baixa visão).

O aluno aponta sugestões que facilitem a permanência no curso, mas declara não ter coragem de procurar a coordenação do curso para falar. Ele sugere que os professores que usam o mesmo material todo semestre, já o disponibilize em forma de slides. Isso evitaria a perda de tempo em digitar na lousa (o aluno disse que às vezes a professora passa 40 minutos escrevendo no quadro), enquanto ele fica sem fazer nada, esperando a professora começar a falar.

Outro aluno que se diz muito tímido para tentar vencer os obstáculos que surgem na universidade é o aluno uri. Ele ingressou primeiramente na UECE, no curso de Administração diurno. Como foi aprovado no vestibular, antes mesmo de concluir o ensino médio, teve, com isso, que solicitar ao Conselho Estadual de Educação o certificado de conclusão do ensino médio, tendo que passar por uma prova de conhecimentos gerais, para a certificação.

O aluno só fez 1(um) semestre na UECE e voltou a tentar vestibular, através do ENEM, sendo aprovado para o curso de Computação na UFC, para o segundo semestre de 2012, que, segundo o mesmo, era realmente o curso de interesse. Iuri diz ter solicitado facilidade no acesso ao local de prova, além de um leitor e tempo adicional, no exame do ENEM.

Ingressando na UFC, após a matrícula feita, o aluno logo conheceu as dificuldades de acessar o sistema eletrônico SIGAA.

O sistema era novo e eu não fui apresentado. Ninguém me perguntou nada. A matrícula é feita por outra pessoa, com os nossos dados, mas ninguém me perguntou nada sobre deficiência. A universidade já tinha a Secretaria, mas ninguém me direcionou para ela. Quando amplio a página do sistema, ela se desmonta... (risos)... Fui falar na Secretaria do curso e acho que não me entenderam muito bem. Fui falar com um professor de programação, mas não me deixaram falar com ele. Entendo que ele seja muito ocupado... (IURI, aluno com baixa visão).

O aluno também destaca que, no primeiro semestre, algumas disciplinas foram cursadas em outros departamentos, que ainda usavam a lousa de giz. Ele informou: “a gente pede para o professor escrever maior no quadro, mas eles esquecem”. A partir dessas primeiras dificuldades, o aluno procurou pela Secretaria de Acessibilidade, que se prontificou em auxiliá-lo e assim fez, intercedendo junto à coordenação do curso, para que o aluno tivesse aulas em salas com lousas brancas, por exemplo.

Ouvir o Iuri narrando tais fatos e observar que, entre um momento e outro, ele retira os óculos e coça os olhos, como que querendo retirar ardores, incômodos, num esforço de vencer a própria timidez. O aluno conversou por horas, já que não teria aula no período da tarde. Narra, com frases bem construídas, as vivências dentro daquele espaço tão grande que é o campus do Pici.

Explica-nos que, como acontece com outros alunos, os prazos dados pelos professores para o recebimento de atividades são muito curto, além do que, algumas vezes, os prazos são inegociáveis. Iuri chegou a tentar fazer cinco disciplinas em um semestre, mas percebeu que não era possível.

Perdi algumas cadeiras. Ainda que eu não tenha compreendido conceitos, essa compreensão perpassa pela forma como o professor transmite o conteúdo. Eu sentava na frente, mas as explicações eram breves. Outros colegas também tinham dúvidas, mas minha preocupação é entender o conteúdo. Por isso diminui o número de disciplinas. Só peço o que poderei fazer. Computação não é só ligar o computador e construir programas, mas entender da teoria, de conceitos (IURI, aluno com baixa visão).

O aluno chamou a atenção para o fato de que alguns professores utilizam de aluno-monitor para aplicação de provas e estes não são comunicados de que a turma possui alunos com deficiência. “Eu pedia tempo a mais para fazer a prova e o monitor dizia que o professor não havia falado sobre aquilo com ele”, explica Iuri.

Exemplifica ainda que uma certa vez não recebeu a prova ampliada e ele próprio teve que sair buscando uma xerox para pedir a ampliação da prova.

Para fecharmos essas primeiras observações dos alunos, quanto ao ingresso na UFC, o aluno Jader, do curso de Computação, em Sobral, descreveu por *e-mail*, que ingressou pelo vestibular tradicional e que não solicitou nenhum atendimento especial. O aluno, de maneira sucinta, disse não ter nenhuma dificuldade com professores ou colegas de curso, depoimento que difere dos outros entrevistados, que encontraram algumas dificuldades em sala de aula, seja no trato com professores ou na obtenção de material didático.

Concluímos assim este primeiro momento, deduzindo que os alunos não têm grandes impedimentos nas provas de seleção para ingresso na UFC, a não ser pela extensão da prova do ENEM – extensão que é a mesma para todos os alunos, tenham alguma deficiência ou não.

As dificuldades na permanência, entretanto, podem ser resumidas ao excessivo material de leitura, no caso de alguns cursos das humanas; a relação difícil com alguns professores, que não se sentem obrigados a saber lidar com alunos com deficiência, conforme nos narrou alguns alunos. E como orientação, todos preferem que o material de didático seja digital. Dessa forma ficaria mais fácil para o uso de contrastes na tela ou para a ampliação do texto.

A seguir, descreveremos o conteúdo das mensagens, com a opinião dos alunos a respeito da Secretaria de Acessibilidade. Observaremos a expressão deste conteúdo, para deduzir sobre as ideias emitidas através dele. Desse modo, submetemos os dados à interpretação, na busca das variáveis inferidas destas mensagens (BARDIN, 1977).

5.3.2 Avaliação das políticas públicas: a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui

Dentre as ações propostas pelo Programa Incluir, a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade são o principal objetivo, para garantir o ingresso e a permanência de alunos com deficiência, nas IFES. Dessa forma, a UFC conta com uma Secretaria de Acessibilidade, a qual busca integrar as pessoas com

deficiência à instituição, “funcionando como um núcleo de fomentação e acompanhamento de ações intersetoriais” (Portal eletrônico da Secretaria).²¹

Conforme dados do MEC, o Programa contava até o ano de 2010 com a adesão de 54 IFES, sendo 10 Centros Federais de Educação Tecnológica.

Por Núcleos de Acessibilidade, comprehende-se a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos da instituição para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área (Edital N° 08, Programa Incluir, 2010).

Em 2011, o Decreto nº 7.611/11, que dispõe sobre o AEE (atendimento educacional especializado), também prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas IFES, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O MEC noticiou, segundo o portal da Agencia Brasil, que, em 2012, foi investido em todas as universidades federais do país cerca de R\$ 3 milhões, referentes ao programa Incluir. A previsão de investimento deveria alcançar R\$ 11 milhões em 2013, a serem aplicados em adequação arquitetônica, como rampas, barras de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil (EBC/Agencia Brasil, 2012)²².

Assim, concluímos que a existência desses núcleos de acessibilidade é um aspecto não só importante, como obrigatório no cuidado da IFES, com as questões relacionadas à inclusão educacional, proposta pelo SINAES. É relevante também atentar para a existência ou não desses núcleos, bem como sua avaliação.

Destacamos este subtópico, pois, ainda que os alunos não reconheçam as políticas públicas para ingresso e permanência no ensino superior, conforme

²¹Portal eletrônico da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Ver em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/>

²² Empresa Brasil de Comunicação. Ver em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-09-27/mec-muda-programa-para-melhorar-acessibilidade-nas-universidades> . Acessado em 22 de fevereiro de 2014.

transcrito anteriormente, a Secretaria é sim, de conhecimento da maioria deles, como veremos a diante.

A seguir, descreveremos o conteúdo das mensagens, com a opinião dos alunos a respeito da Secretaria de Acessibilidade. Observaremos a expressão deste conteúdo, para deduzir sobre as ideias emitidas através dele. Desse modo, submetemos os dados à interpretação, na busca das variáveis inferidas destas mensagens (BARDIN, 1977).

Seguiremos com a mesma metodologia, ao dar destaque à observação dos alunos, a partir do ano de ingresso na UFC. A começar pela aluna Maria, que, ainda que tenha iniciado o mestrado em 2012, ingressou como aluna da graduação, no ano de 2005, conforme dito anteriormente.

A estudante informou que, logo que iniciou na graduação, soube de uma oficina de DOSVOX, pois tinha um amigo que fazia parte de um projeto, e este a convidou. Neste momento, a aluna conheceu as professoras Vanda Magalhães e Ana Karina e ficou participando das reuniões, mas confessa que não se engajou de fato, até porque aulas no curso de graduação eram em tempo integral.

O projeto, para ela, foi muito importante para aproximá-la de outras pessoas com deficiência e das novas tecnologias, pois trocavam experiências entre si. Destaca que o público era reduzido e que não passava de uma tentativa de articulação, mas reconhece que já havia planos de ampliação do projeto.

Ao ser questionada sobre as políticas implementadas pela UFC, a aluna relata que:

Eu acho muito importante, e hoje eu sou privilegiada no mestrado. Pois, na graduação, meus pais pagavam uma pessoa para ler meus textos. O que me ajudou na graduação foi minha força de vontade. Hoje eu utilizo a Secretaria para escanear meus textos, eu mesma faço isso ou os bolsistas (MARIA, aluna com cegueira).

Ela define a Secretaria como um “órgão que visa promover a inclusão e a permanência dos alunos com deficiência dentro da universidade”. Conhecimento bem distinto do que possui o aluno Frede, ingressando na UFC em 2010, e, para o qual, reconhece da existência de uma Secretaria, mas não sabe onde fica e nem que serviços a Secretaria oferece.

Sei da existência de uma Secretaria, mas não conheço não. Ela fica no Benfica? Eu não sabia que ela prestava serviços aos alunos. Eu achava que a Secretaria cuidava de assuntos gerais de planejamento, da organização da universidade em geral. Não sabia que disponibilizava serviços aos alunos (FREDE, aluno com baixa visão).

Frede disse ter sido procurado, há cerca de 6(seis) meses, por uma mulher que, segundo ele, parecia 'filiada' a alguma entidade da UFC responsável por acessibilidade. Eles conversaram e o aluno relatou que foi depois dessa conversa que algumas rampas foram construídas no campus do Pici, espaço que possui alunos cadeirantes.

Sem nenhuma orientação sobre quem teria conversado com ele, o aluno mostra-se desconhecedor de quem esteja à frente de ações, como a construção de rampas, por exemplo. De poucas palavras, a entrevista foi a mais rápida, não passando de 30 minutos.

Com ingresso na UFC em 2008, a aluna Socorro não dá destaque ao espaço da Secretaria, mas durante toda a conversa, refere-se à professora Vanda com muito carinho e gratidão, como se a professora e a Secretaria fossem uma só. "Quando a Secretaria foi criada, aos poucos a professora Vanda foi me inteirando das coisas. Um dia ela me viu andando pelo campus e foi pedindo para fazerem as rampas e pintarem de amarelo e fizeram". Declarou a aluna, orgulhosa da atenção recebida.

Seguimos destacando a fala da aluna Raquel, informando que logo ao ingressar na graduação, foi convocada para uma reunião com a coordenação do curso. O momento foi de orientação sobre o curso, disciplinas, avaliações. Logo após esse momento, a aluna conheceu a Secretaria de Acessibilidade, mas não recorda quem a apresentou.

Raquel disse que todos da Secretaria ficaram de prontidão para ajudá-la; apresentaram ainda o serviço de digitalização dos textos e disponibilizaram ledores. No primeiro semestre, a estudante não utilizou os serviços, pois ainda estava se adaptando, conforme declarou.

Assim como manifestou o aluno Alisson, para a aluna Raquel a dificuldade ainda são os professores que são imediatistas, e “o texto era dado hoje, já para a próxima aula”, nos fala a aluna. Raquel informa que a demanda da Secretaria era muito grande, para poucos bolsistas. Então, ela preferia não deixar os textos na Secretaria, “porque só seriam entregues com 30 dias. Não tinha condições”.

Atualmente, no entanto, a aluna informa que a Secretaria está crescendo e avalia que esses problemas já não existem.

Hoje tem muitos bolsistas e a gente leva um texto hoje e já recebe no outro dia, dependendo do texto. A partir do segundo semestre já comecei a levar meus textos e não deixo de ir. Esse espaço é essencial. É um apoio pro aluno, tanto na questão de material, como nas soluções de problemas. Quando a gente tem problemas com o curso, a gente prefere ir à Secretaria, antes de ir à coordenação do curso (RAQUEL, aluna com cegueira).

Entre as soluções que o espaço da Secretaria oferece, a aluna destaca que também prefere estudar nele. Isso porque, para acessar a Biblioteca, todos devem deixar pastas, bolsas e quaisquer materiais na recepção do prédio. Tanto para a Raquel, como para outros colegas com deficiência visual, é mais fácil estudar no interior da Secretaria, onde podem entrar com computadores e aparelhos pessoais, mais bolsas e livros e cadernos etc. a serem utilizados.

A fim de tornar esse espaço da Secretaria ainda melhor, a aluna sugere que fossem ofertados cursos de capacitação para os professores vivenciarem a experiência de ter um aluno com deficiência em sala. Caso contrário, eles (professores) nunca iriam atrás de saber a melhor forma de adaptar suas metodologias de ensino dentro da diversidade: “Se os professores nunca tiveram alunos cegos, pra que vão se preocupar com isso?”.

Quanto à fala de outro aluno José, não demorou muito para que tivesse conhecimento da Secretaria. Para ele, isso se deve ao fato de sua mãe ser servidora da UFC e buscar tudo que facilite a vida do filho. Então, ela conseguiu o contato da Secretaria e uma das servidoras o recebeu, falando dos serviços de digitalização, ampliação e o fizeram testar uma lupa, para a leitura de textos.

Pediram pra eu ir à Secretaria para testar uma lupa, mas não achei muito prática para ler livros. Hoje, como servidor, para pequenos textos, como ofício, sei que me ajudaria. Então fui lá e eu acho que a professora Vanda vai disponibilizar pra eu usar aqui no meu trabalho (JOSÉ, aluno com baixa visão).

José não deixa escapar nenhuma oportunidade de comparar a UFC com a experiência que teve na UNIFOR. Ele revela que na outra instituição passou por um setor de apoio pedagógico e que teve sessões com psicólogos, além de ser orientado a assistir a palestras, na companhia de outros alunos com deficiência.

Levavam pra palestras que falavam de audiodescrição e até então eu não conhecia. Achei muito bom. A gente se reunia com outros alunos e psicólogos, pra falar sobre o que a gente sentia, o que podia melhorar. A partir da opinião da gente, no outro semestre já vi as diferenças, como por exemplo o pincel, que tínhamos indicado que poderia ser mais escuro na lousa e eu percebi que o pincel mudou. Eu percebi que a primeira prova de uma disciplina minha, o professor já trouxe a prova com fonte maior, tamanho 14, negrito. Ele trouxe só pra mim e perguntou se tava bom" (JOSÉ, aluno com baixa visão).

O estudante diz ter sido convidado a participar de mesas e reuniões sobre acessibilidade na UFC, mas ele informou não ser possível e que não quer deixar de dar atenção às disciplinas do curso, para concluir o quanto antes. Mas a relação com a Secretaria parece se dar sempre que necessária, já que o aluno demonstra intimidade ao usar expressões como: "aqui temos um aluno cadeirante e eu já fui falar com professora Vanda pra tentarmos fazer uma rampa", ou ainda, "eu ligo para a Secretaria e me atendem ou mando e-mail e me respondem".

Relação tão constante, ao ponto de andarmos pelos corredores durante a entrevista e o aluno recordar que teria esquecido de pegar umas folhas de ofício na cor preta, na Secretaria; "Vixe! Tenho até que lembrar de pegar umas folhas pretas na Secretaria", nos informa, o que nos faz refletir que o aluno mantém contato constante com a Secretaria.

Diferentemente da fala do aluno Alisson, que também é servidor da UFC e estudava no mesmo campus que o aluno e servidor José. Para Alisson, a Secretaria é muito importante como espaço dentro da UFC, mas se queixa em vários momentos por não ter tido algumas solicitações atendidas:

A UFC adora fazer discurso usando números, mas a Secretaria precisaria de mais pessoas para fazer os atendimentos, já que a universidade é muito grande. Acho limitado o número de servidores dela. A Secretaria não procura o aluno. Eu recebi um ou dois e-mails, quando a Secretaria estava sendo criada. Depois não recebi

mais nenhum. Eles poderiam entrar em contato por e-mail, já que eles têm acesso aos nossos contatos (ALISSON, aluno com baixa visão).

O aluno parece ter mágoa em cada uma das frases ditas sobre a Secretaria; talvez não com o atendimento que recebia enquanto aluno, mas com relação às solicitações feitas enquanto servidor da UFC. Ele conta que teve que passar por junta médica recomendada pela UFC, para atestar a deficiência e ainda passou por perícia administrativa, demonstrando o manuseio de computadores na busca por arquivos, por exemplo, provando que tinha condições de assumir o cargo.

Após atestar a deficiência, o servidor ainda não teve atendidas suas solicitações, que, segundo ele, foram parar nas “mãos” da Secretaria e nada foi resolvido. O aluno/servidor pediu, através de processo, que outros departamentos se preocupassem em ampliar documentos, como ofícios e circulares, mas que esse comunicado fosse feito pelos dirigentes e não por ele, servidor.

Eu acredito que essa comunicação deve ser feita de um órgão superior, como a PROGEP, para outros setores. Não existe um preparo pra lidar com as pessoas com deficiência, mas apenas adaptações. Minha solicitação foi feita logo após ter recebido um formulário da própria PROGEP em fonte tamanho 10 ou 11. Faz bem uns sete meses e não recebi resposta do meu processo (ALISSON, aluno com baixa visão).

Sendo nosso objetivo conhecer a percepção dos alunos, não fomos buscar detalhes quanto ao processo em questão, mas estamos informados, pelo sistema de trâmite processual da UFC, de que esse aluno solicitou reabertura de matrícula, o que demonstra interesse do mesmo em retornar ao curso de biblioteconomia, embora não saibamos o que o motivou. Até a conclusão dessa pesquisa, não houve decisão de tal processo e o aluno nada comentou sobre o assunto.

Seguimos com a fala do aluno Iuri que também opinou sobre a Secretaria, embora não recorde como ficou sabendo de tal espaço, mas acredita que foi através de pesquisa no site da UFC, pois já havia conhecido espaço semelhante na UECE, ainda que não tenha conseguido nenhum serviço nela, enquanto aluno.

Procurei a professora Vanda, da Secretaria de Acessibilidade, sobre o material das aulas. Ela viu que existe legislação que permite cópias ampliadas, para fins de

educação de pessoas com deficiência e passou a informação aqui para a biblioteca central e eles fazem a ampliação dos meus livros. Ainda solicitou ao Centro de Ciências disponibilizar salas de aula que tivessem quadro branco, para as disciplinas que eu tivesse matriculado. Enquanto aluno da UECE, eu solicitei alguns serviços, mas não fizeram nada por mim (IURI, aluno com baixa visão).

O aluno relata esforço em vencer a timidez e diz que tem tentado maior contato com colegas de curso: “Eu sempre fui desse jeito e não digo isso com louvor, orgulho. Mas infelizmente fui desse jeito e tenho tentado melhorar.” Ele exemplifica que já pediu ajuda a um colega este semestre, quanto ao conteúdo de uma disciplina, e o amigo o fez com muita atenção. Essa tentativa de contato com outros colegas é uma vitória para ele, que reconhece que estreitar essas relações terá que partir dele mesmo.

Concluímos, com isso, mas esta etapa da pesquisa, com a reflexão do aluno Iuri sobre inclusão, para o qual, “se as políticas são para colocá-los na universidade de forma igualitária, cabe a cada aluno com deficiência, reconhecer direitos e buscar vencer limites”. O aluno reconhece que em uma ‘má inclusão’ (quer dizer, não inclusão), só quem perde são eles, os alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu conhecer a percepção que os alunos com deficiência visual têm das políticas públicas de inclusão numa Instituição federal de ensino superior em Fortaleza. Tentando responder a essa questão, estivemos a ouvir esses sujeitos, que falaram das próprias experiências desde o ingresso, como ainda a realidade de vivenciar o ambiente da universidade.

Para compreender como esses alunos se relacionam com as políticas públicas de inclusão promovidas pela Universidade Federal do Ceará, necessitamos apresentar as concepções da deficiência no decorrer da história, pois entendemos que a pessoa com deficiência vem vivenciando historicamente práticas sociais que vão do desprezo à inclusão.

Precisamos ainda analisar os instrumentos legais que garantiram que esses alunos pudessem ir ocupando esse lugar social, que atualmente se faz de direito. Foi conhecendo da origem dessas políticas, que chegamos aos documentos aqui citados e com os quais a UFC se ampara para dar origem a uma Secretaria de Acessibilidade, por exemplo.

Não podemos inferir que a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior só seja possível pela publicação de tais documentos legais, pois já havia alunos ocupando a universidade, ainda que em diminuto número, mas afirmamos que o amparo legal é que protege esses sujeitos da exclusão da qual foram vítimas por tantos anos.

Ainda que não seja de conhecimento dos próprios sujeitos com deficiência, há uma Portaria do Governo Federal, que é responsável por avaliar a oferta de cursos superiores, tratando da acessibilidade como condição de credenciamento das IES; e ainda um Decreto Presidencial, que regulamenta leis que estabelecem normas gerais para a acessibilidade. A primeira publicada no ano de 2003; a outra, em 2004.

No que se refere ao ensino superior, os aparatos legais, somados à chegada de estudantes que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, foram decisivos para a instalação de uma nova cultura mais inclusiva, que

se evidenciou, por exemplo, na publicação do Programa Incluir, em 2005, pelo Governo Federal, e que garante condições de acessibilidade no ensino superior.

Comprometemo-nos, como objetivos específicos deste trabalho, em analisar os instrumentos para ingresso e permanência dos alunos no Ensino Superior, conhecendo as políticas públicas de inclusão nas IES, para assim compreender como o aluno com deficiência visual se relaciona com as políticas públicas de inclusão promovidas pela UFC.

Assim, foi realizada pesquisa bibliográfica para conhecermos a realidade de outras IES, que já publicaram resultados de pesquisas semelhantes, como as elaboradas pela UFRN, UFScar, UECE, UFSC e UFRB, alguns deles citados em vários momentos deste trabalho.

Observamos as teorias, ancoradas em autores como Gugel (2007), Foucault (2001) e Goffman (1988) para falarmos sobre deficiência e conhecimento médico; Souza (2006), Mazzota (1999) e Glat (1998), na história das políticas públicas e ainda os levantamentos de dados estatísticos e anuários nos portais eletrônicos do MEC/INEP, IBGE e UFC.

Na busca da compreensão sobre o fenômeno da inclusão na UFC, realizamos um estudo, no qual entrevistamos 8(oito) alunos com deficiência visual, sendo 5(cinco) deles com baixa visão e 3(três) com cegueira; 5(cinco) são do sexo masculino e 3(três), feminino. Lembramos que a caracterização dessa população faz parte dos objetivos específicos da pesquisa e que entendemos inclusão na perspectiva de:

O conceito de inclusão não consiste em permanência física somente, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, com o objetivo de desenvolver o potencial dos alunos respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (BRASIL, 2001).

Dos alunos entrevistados, um deles, com baixa visão, é aluno do campus de Sobral, município a cerca de 233 km de Fortaleza e matriculado no curso de Engenharia da Computação. Todos os outros estudantes pertencem aos campus localizados em Fortaleza, sendo 3(três) de cursos no campus do Pici e 4(quatro) estudantes de cursos no campus do Benfica.

Ouvindo um pouco das histórias desses alunos, quanto ao ingresso na UFC, podemos considerar que, mesmo as trajetórias não sendo homogêneas, há pontos de regularidade, como as narrativas sobre o exame de ingresso na UFC (ENEM), na sua maioria. Isso porque a UFC adotou essa forma de ingresso em 2010 e apenas uma aluna, atualmente matriculada na pós-graduação, teve ingresso pelo vestibular tradicional.

Nenhum dos estudantes teve dificuldade nesta etapa, quanto à solicitação de serviços (como prova ampliada, leitor, tempo adicional, dentre outros) a não ser pela extensão da prova, que é a mesma para todos os alunos. Apenas um dos entrevistados entrou na UFC através de transferência de outra IES privada, o que se dava, à época, por outra forma de seleção. Atualmente, essa modalidade também leva em conta a nota do ENEM.

Os alunos parecem estar satisfeitos com as escolhas dos cursos, a não ser pela quantidade de leituras que alguns cursos exigem, como o de Biblioteconomia, por exemplo. Esse fator não seria relevante para que um aluno desistisse de cursá-lo, mas a incompREENSÃO de alguns professores, sim. Esta foi uma justificativa referida pelo aluno Alisson, que abandonou o curso devido a pouca compRENSÃO de alguns professores sobre o fato do aluno precisar de mais tempo para concluir as leituras.

A relação com os docentes, sem dúvidas, é o maior conflito para que os alunos concluam as disciplinas. Essas reclamações apareceram na fala de todos os alunos entrevistados. E as dificuldades parecem estar relacionadas a pouca atenção demonstrada por alguns professores diante das necessidades específicas de alunos com deficiência na sala de aula.

Os alunos relataram que até conversam com professores, explicando suas particularidades. Entretanto, os professores parecem esquecer logo em seguida e continuam as aulas como se todos os alunos apreendessem o conteúdo da mesma forma. Maria sente falta de prazo para digitalizar os textos; José se queixa do tempo em que o professor leva escrevendo conteúdo na lousa, enquanto ele não tem como copiar; Alisson gostaria de receber as matérias na forma digital; e Frede gostaria que o conteúdo disposto no quadro fosse ampliado.

Esses incômodos não excluem casos mais complexos, como o fato de docentes que se recusaram a mudar os próprios hábitos, acreditando não serem pagos para atender a esses alunos com deficiência. Ou ainda professor que sugere que o aluno acompanhe, se desejar, o conteúdo apresentado, pois o mesmo não dará tempo diferenciado aos alunos com deficiência visual.

No tocante as políticas implantadas pela UFC, observamos que, até 2005, as ações para inclusão, embora já existissem, eram ações pontuais, isoladas e sem articulação entre si. A partir de 2005, a participação e aprovação da UFC no Programa Incluir deram início a um projeto específico para a inclusão, o UFC Inclui, que em 2010, implantou um espaço que começaria a transformar essa realidade: a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui.

Ainda que os alunos informem não ter conhecimentos sobre as políticas públicas para pessoas com deficiência (até que necessitem de alguma delas), os entrevistados demonstraram saber que a UFC tem tal Secretaria. Inclusive, a maioria deles utiliza dos serviços e do apoio que ela oferece para que os mesmos consigam concluir os estudos a cada semestre. Entre esses recursos, a maior busca é da digitalização dos textos, bem como o apóio da Secretaria como intermédio na relação com os professores.

A aluna Raquel, por exemplo, informou que antes mesmo de procurar a coordenação do curso, ao surgir algum impedimento, prefere buscar orientação na Secretaria de Acessibilidade. Semelhante percepção possui a aluna Maria, que conhece a UFC antes da implantação de tais políticas, enquanto aluna de graduação e, agora como aluna de pós-graduação, reconhece que Secretaria é fundamental para que o aluno consiga concluir o curso.

Entendendo o ensino superior como um espaço social que deve acolher as diferenças, possibilitar aprendizado, investigação e oportunidades de forma equitativa, não ignorar o fato de que, a cada ano, há um aumento no número de alunos que necessitam de recursos e condições para ingressarem e permanecerem na universidade. O aumento nas matrículas na UFC tem demonstrado a chegada dessas pessoas.

Percebemos a necessidade de movimentar toda a prática acadêmica, especialmente a formação e capacitação dos docentes, que parecem engessados (ou simplesmente de má vontade, na percepção dos alunos) para transformarem práticas e hábitos anteriores na perspectiva de incluir esses sujeitos com deficiência.

Reconhecemos que muitos aspectos acabaram ficando de fora em nossa análise quanto à realidade da inclusão desses alunos na UFC, por restrição de tempo e limitações da pesquisadora, que teve que ausentar-se algumas vezes por problemas de doença. Mas essas lacunas apenas deixam que caminhos fiquem abertos para futuros complementos, abrangendo novos projetos e pesquisas de forma mais expansiva.

Diante da impossibilidade de apontar todas as relações possíveis, dada as limitações do presente estudo, destacamos, porém, algumas sugestões dos alunos, que podem facilitar a permanência na UFC, bem como a conclusão de etapas de ensino. Sugestões essas, ouvidas com muito respeito por nós, por partirem deles, jovens com desejo de concluírem cursos superiores.

Inclusive alguns deles demonstraram não ter projetos acadêmicos futuros, a não ser pela aluna de pós-graduação que pensa em fazer concurso para o cargo de professora, nem mesmo os dois alunos que são servidores da UFC mostraram interesse em concurso para nível superior, ao se formarem.

Quanto à implementação de políticas pela Secretaria de Acessibilidade, os alunos esperam que o número de pessoal seja ampliado, pois acreditam que, embora a chegada de bolsistas tenha agilizado os serviços de digitalização de textos, é muita demanda para poucos servidores, na responsabilidade de uma única pessoa: a Professora Vanda. Os alunos acreditam que cada campus deveria ter uma base de apoio para a Secretaria, como “filiais de uma sede”.

A Secretaria poderia ter ainda mais autonomia, segundo os alunos Alisson, Raquel e José, para tomar decisões e fazer interferências junto às coordenações dos cursos. Não detalhando que decisões seriam essas, uma aluna explica que uma boa interferência seria a solicitação anteriormente dos materiais que serão usados pelos professores nas disciplinas, para que os alunos já pudessem estudar os textos antes das aulas.

Observamos que essa fala ocorre porque os alunos já buscaram o apoio nas coordenações de curso e nem sempre conseguiram essa aprovação. Muitas vezes, os alunos são indicados a negociarem diretamente com os professores, como ocorreu com o aluno Alisson. E é nesse momento que o aluno prefere não falar mais nada, já que experiências anteriores não foram exitosas.

Outra sugestão apresentada por alguns entrevistados, ainda que em aspectos diferentes, trata-se de a UFC proporcionar momentos de convivência entre os alunos com deficiência, assim ficariam sabendo da existência um do outro e trocariam experiências. Essa fala parte principalmente dos dois alunos que estudaram em escolas especiais e que reconhecem que a convivência entre os pares muito contribui para a autoestima (por se sentirem menos diferentes) e para o aprendizado (na troca de conteúdos).

Basta pensarmos que dos oito alunos entrevistados, três fazem o mesmo curso de computação, mas nem todos se conhecem, embora saibam da existência um do outro. Das alunas que estudam no campus Benfica, duas fizeram disciplinas juntas e mantém contato constante uma com a outra, mas uma delas ficou surpresa ao ouvir que a UFC tinha nove alunos com deficiência visual: “*Valha! Nem sabia que tinham tantos assim*”, exclamou a aluna Raquel.

Sem querer apenas apontar nesta pesquisa os aspectos frágeis da inclusão na UFC, analisamos, segundo Laurence Bardin, conteúdos destacados pelos entrevistados e que sugerem ideias comuns entre os mesmos. Observados e expostos nas conclusões deste trabalho, esses conteúdos não representam a ideia de considerar como falha a inclusão na UFC ou na rotina da Secretaria, mas pretende apontar como os alunos percebem e vivenciam no dia a dia, a cada semestre, as facilidades e dificuldades apresentadas.

De tal modo, a presente pesquisa intencionou apresentar uma avaliação das políticas de inclusão no ensino superior, já que essas políticas inclusivas, sobretudo as destinadas às pessoas com deficiência, são muito recentes, o que impõem um acompanhamento criterioso dos seus desdobramentos.

Sabemos que a efetivação de aparatos legais, embora necessários, por si só não garantem essa efetivação. Mas, para que uma educação prime pela

inclusão, deve ter necessariamente investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infraestrutura adequada, tanto para alunos, quanto para professores e funcionários técnico-administrativos da instituição.

Assim, reconhecemos no conteúdo das falas dos alunos da UFC com deficiência visual, o quanto já tem sido feito e está se fazendo para receber esse aluno e servidores com deficiência na universidade. Que os resultados dessa pesquisa possam suprir as lacunas quanto às avaliações dessa inclusão na UFC, por datar recente, sugerindo melhorias para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A., GALEÃO-SILVA, L. G.; **A crítica da gestão da diversidade nas organizações.** Revista de Administração de Empresas, Vol. 44, nº. 3. São Paulo, Jul./Set 2004. Ver em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v44n3/v44n3a03.pdf>. Acesso em julho de 2012.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, São Paulo: Edições 70.1977. 229 p.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Utopia ou Possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo demográfico 2000: educação, resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 31.ed. São Paulo: Saraiva, 2003b.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador-Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Secretaria de Educação Superior. 2013.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8.11.2000 e 10.098, de 19.12.2000. Ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acessado em: 02 de setembro de 2013.

_____. Ministério da educação/Secretaria de Educação especial (SEESP). **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília:Mec, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993. 150 p.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Trajetórias escolares de alunos com deficiência.** São Carlos – EduFSCar, 2013. 242 p.

CAVALCANTE, Caroline Luciano. e CASTRO, Henrique Sérgio Beltrão de. **A construção de uma "Comunidade de Afeto" no rádio: o caso do Programa Todos os Sentidos.** Revista Extensão em Ação., v.2, n 2, 2012. Ver em: <http://www.revistaprex.ufc.br/index.php/EXTA/article/view/33>. Acessado em: 25 de maio de 2013.

CASTRO ,Henrique Sérgio Beltrão de. e ALBUQUERQUE , Luiz Botelho. **No tempo do rádio: sempre! Histórias de Vida e Formação, afetividade e extensão universitária no ar.** Publicado em Intercom -Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Fortaleza, CE - 3 a 7/9/2012.

DUARTE, Emerson Rodrigues. **A inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior e nos cursos de educação física de Juiz de Fora pede passagem. E agora?** Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Ver em: <http://www.ufjf.br/labesc/files/2010/06/Emerson.pdf>. Acessado em 22 de janeiro de 2013.

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca.** In: RODRIGUES, David (org.).

Inclusão e

Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006

FOUCALT, Michel. **O Nascimento da Clínica.** 4^a edição. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil.** Revista *Trab. educ. saúde* [online]. 2014, vol.12, n.1, pp. 165-187. Rio de Janeiro. ISSN 1981-7746. Ver em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>. Acessado em 12 fevereiro de 2014.

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação especial - a integração social dos portadores de deficiência: Uma Reflexão.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4.^a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

GUGEL, Maria aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho.** Florianópolis : Obra Jurídica, 2007

MAZZOTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 2.ed.São Paulo: Cortez, 1999.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set-dez. 2006. Ver em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 12 Out. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** 2.ed. São Paulo-Rio de Janeiro. 1993.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. **Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco.** Educar em Revista, Curitiba, n. 41, p. 125- 143, jul./set. 2011. Ver em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009. Acessado em 12 de fevereiro de 2014.

PALÁCIO, Paula da Paz **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC).** Paula da Paz Palácio. – 2012.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão e universidade : análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.** Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, UFC, Fortaleza, 2007. <http://hdl.handle.net/10183/14671> >. Acessado em agosto de 2012.

PIMENTEL, Susana Couto, **Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB.** Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013.

ROCHA, Heloisa de Paula Pessoa. **Políticas de cotas para ingresso das pessoas com deficiência nas universidades públicas e sua consonância com os preceitos da Carta Magna.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - UFC, 2011. Ver em: http://www.poleduc.ufc.br/?page_id=216 . Acessado em abril de 2012.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008

ROSA, Enio Rodrigues da. **O trabalho das pessoas com deficiência e as relações sociais de produção capitalista : uma análise crítica da política de cotas no Brasil** .- Cascavel, PR, 2009. Ver em: < <http://cacphp.unioeste.br/pos/media/File/Dissertacao%20%20ENIO%20R.%20ROSA.pdf> >. Acessado em outubro de 2011.

e DUTRA, Martinha Clarete,. **Pessoas Cegas: trabalho, história, educação e organização no Brasil.** Artigo, 2000. Ver em: <http://cacphp.unioeste.br/projetos/pee/arquivos/trab_his_edu_e_org_no_bras.pdf>. Acessado em outubro de 2011.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. **A Acessibilidade de pessoas com deficiência nas Instituições de ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará.** Artigo publicado na V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz - Maranhão, 2011. Ver em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011. Acessado em agosto de 2012.

SANTOS, Ademir da Costa. **Estado e educação em Platão**. Artigos.com.2008. Ver em :<http://www.webartigos.com/artigos/estado-e-educacao-em-platao/3646/> Acessado em: agosto de 2012.

SASSAKI, Romeu. Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SECADI/SESU. Documento **Orientador: Programa Incluir – Acessibilidade na educação superior**. 2013. Acessado em 28 jul. 2013. Ver em:http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article.

SOARES, Ana Cristina Silva. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará : ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores.**. UFC - CE, 2011, 240p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. Dissertação Mestrado em Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2010. Ver em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4778/61080100037.pdf?sequence=1>. Acessado em 14 de fevereiro de 2013.

VALDÉS, Maria Teresa Moreno (Coord.). **A Integração das Pessoas com Deficiência na Educação Superior no Brasil**. Caracas: IESALC/UNESCO, 2005. Informe. Ver em:http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO12676/integracion_educacion_superior_brasil.pdf. Acesso em: 14 dez. 2011.

WEBER, Max. **Economía e Sociedad: Fundamentos de Sociología Compreensiva**. Brasilia, DF: Ed. Universidade de Brasilia, 1991.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

01-Nome Completo: _____

02- Sexo: Feminino Masculino

03- Estado civil: _____ 04- Opção religiosa: _____

05-Bairro: _____ 06- dade _____

07- Telefones: _____ 08- E-mail: _____

09-Curso: _____

10-Período início do curso/ admissão: _____

11 - Turno do curso/ trabalho:

O dia inteiro manhã tarde noite

12-Campus: _____

13-Meio de transporte usado para deslocar-se: _____

15- Qual situação abaixo melhor descreve sua situação:

Trabalho Não trabalho Estágio

Outros: _____

16- Cursou a maior parte do ensino fundamental em:

Escola Pública Escola Particular

Outros: _____

17- Cursou a maior parte do ensino médio em:

Escola Pública Escola Particular

Outros: _____

18- Já cursou em outra Faculdade

Sim, em instituição particular Sim, em instituição pública

19- Recebe algum benefício do Governo?

Sim Não

Qual? _____

20 - Conhece alguma política pública para a pessoa com deficiência implementada pela UFC ?

Não Sim

Qual? _____

Data: _____ / _____ /2013

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Eu, _____, aceito participar da pesquisa sobre **POLITICAS PUBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIENCIA NA UFC: A PERCEPÇAO DOS ALUNOS COM DEFICIENCIA VISUAL**, da aluna Teana Fátima Brandão de Souza, residente no Bairro Montese, Fortaleza - CE, telefone 8896-3099.

Estou informado (a) de que o estudo, sob a orientação do Docente Dr. André Haguette, tem como objetivo analisar a percepção do aluno com deficiente visual na Universidade, quanto às políticas públicas de inclusão nas Instituições de Ensino Superior, bem como o papel da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui.

Fui informado (a) de que meu nome não será divulgado em qualquer fase da pesquisa, sendo minha participação totalmente voluntária e relevante para avaliar tais políticas públicas na UFC, já que há poucos estudos com esse objetivo, inclusive por ser ressente a implantação de tal Secretaria.

Para a pesquisa serão aplicadas entrevistas semi-estruturadas e as conversas serão realizadas individualmente e em locais e horários pré estabelecidos com os entrevistados. As falas serão gravadas por programa de aparelho celular, que captam somente o áudio, e transcritas posteriormente.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo ser entrevistado (a) uma ou mais vezes pela pesquisadora e que as informações fornecidas serão utilizadas apenas para esse estudo, resguardado o anonimato.

Após estar devidamente esclarecido (a) pela pesquisadora, aceito participar do presente protocolo de Pesquisa.

Assinatura do(a) Participante

Telefone para contato: _____

ANEXO A – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI



ATÉ MARÇO/2013

Quantitativo de alunos com deficiência na UFC

Classificação de Deficiência	FORTALEZA			CARIRI	QUIXADÁ	SOBRAL	TOTAL
	Benfica	Porangabussu	Pici				
A10 = Auditiva	2	-	2	-	-	-	4
A11 = Surdez	1	-	-	-	-	-	1
A21 = Cegueira	3	-	-	-	-	-	3
A22 = Baixa Visão	2	-	3	-	-	1	6
A30 = Física	9	1	5	1	-	-	16
A40 = Múltipla	1	-	-	-	-	-	1
A41 = Surdocegueira	-	-	-	-	-	-	-
A50 = Mental	-	-	-	-	-	-	-
B10 = Condutas Típicas	-	-	-	-	-	-	-
C10 = Altas Habilidades	-	-	-	-	-	-	-
OUT = Outras Necessidades	1	-	-	-	-	-	1
TOTAL	19	1	10	1		1	32